

• Mulheres negras do Baixo Sul da Bahia •

# CAMINHADAS, SONHOS E LUTAS



• Mulheres negras do Baixo Sul da Bahia •

# CAMINHADAS, SONHOS E LUTAS



# Equipe

**Diretor Executivo de KOINONIA:**

Rafael Soares de Oliveira

**Edição:** Ana Gualberto

**Revisão e diagramação:** Thiago Ansel

**Equipe do Projeto Apoio ao Fortalecimento Político e Econômico das mulheres quilombolas do baixo sul da Bahia:**

Mara Vanessa Dutra

Marta Alencar

Maria da Conceição Freitas

Ana Gualberto

**Fotos:** Acervo de KOINONIA e Louisa Huber

G899c

Gualberto, Ana (Org.)

Caminhadas, sonhos e lutas: mulheres negras do baixo sul da Bahia.  
Ana Gualberto (organizador). – Rio de Janeiro : KOINONIA Presença  
Ecumênica e Serviço, 2015.  
86p.

1. Mulheres – Brasil. 2. Mulheres quilombolas – baixo sul (Bahia).  
I. Gualberto, Ana.

CDD 305.4

Impresso no Brasil

A reprodução de todo ou parte deste documento é permitida somente para fins não lucrativos e com a autorização prévia e formal de KOINONIA, desde que citada a fonte.

**KOINONIA**

Salvador: Travessa da Ajuda s/nº, Edifício Martins Catarino sala 705, Centro – Salvador – BA. CEP 40020-210 Tel: (55) (71) 32663480

Rio de Janeiro: Rua Santo Amaro 129 – Glória, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 22211-230

Tel: (55) (21) 30426445/ fax (55) (21) 30426398

São Paulo: Rua Barão de Itapetininga, 120 sala 307, República São Paulo - SP

Tel: (55) (11) 36679570

WWW.koinonia.org.br

Esta é uma publicação de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço – 1ª edição – Rio de Janeiro, 2015

# Sumário

<b>1. Breve reflexão sobre múltiplas identidades</b>	<b>8</b>
<b>2. KOINONIA no Baixo Sul da Bahia</b>	<b>13</b>
<b>3. Alguns momentos do projeto</b>	<b>15</b>
<b>4. O que mudou?</b>	<b>24</b>
<b>5. Histórias de origem das comunidades</b>	<b>38</b>
<b>6. Intercâmbios</b>	<b>50</b>
<b>7. Seminários públicos</b>	<b>58</b>
<b>8. Debater, desconstruir os estereótipos</b>	<b>62</b>
<b>9. As políticas públicas previstas para as mulheres na região do Baixo Sul</b>	<b>67</b>
<b>10. Leis e instrumentos</b>	<b>74</b>

# KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Fundada em 1994, KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço é uma organização sediada no Rio de Janeiro (RJ), com atuação nacional e internacional. Somos uma entidade ecumênica de serviço composta por pessoas de diferentes tradições religiosas, reunidas em associação civil sem fins lucrativos. Integramos o movimento ecumênico e prestamos serviços ao movimento social.

A missão de KOINONIA é mobilizar a solidariedade ecumênica e prestar serviços a grupos histórica e culturalmente vulneráveis e em processo de emancipação social e política; além de promover o movimento ecumênico e seus valores libertários.

KOINONIA presta serviços e estabelece alianças com a população negra organizada em comunidades urbanas e rurais, trabalhadores rurais, mulheres, jovens, agentes de solidariedade com pessoas que vivem com HIV/AIDS, e lideranças intermediárias das igrejas.

Outro dos nossos campos de atuação é o das organizações ecumênicas nacionais e internacionais, onde a instituição não só presta serviços como também é um agente político de mobilização e disseminação de valores.

A palavra *koinonia* vem do grego e significa comunidade e comunhão.



Foto: João Laet

# Caminhadas, sonhos e lutas

Iniciou-se no ano de 2007 a aproximação de KOINONIA com as comunidades negras rurais e remanescentes de quilombo da região do Baixo Sul da Bahia, mais especificamente nos municípios de Camamu, Nilo Peçanha, Igrapiuna e Ituberá. Esta aproximação se deu a partir de uma demanda local por compreender “a identidade quilombola”, atribuída por agentes políticos locais a várias comunidades existentes nestes territórios, garantindo-lhes acesso a políticas públicas, prioridade na ação governamental e regularização das terras ocupadas. Vale destacar que este último ponto ainda não tinha sido pautado como importante pelas comunidades num primeiro momento, pois não haviam conflitos territoriais diretos em curso.

KOINONIA chega à região para colaborar com sua experiência com comunidades quilombolas, juntamente com o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Camamu e com o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP), apresentando às comunidades locais o cenário amplo em que estavam incluídas, no que dizia respeito à garantia de seus direitos.

Os anos foram passando e as atividades em parceria se solidificando, já que mesmo com focos diferentes, os objetivos de KOINONIA e do SASOP consistem em fornecer assessoria a comunidades vulneráveis, nas áreas em que cada organização atua. Já o STTR trabalha juntando as comunidades e representando-as politicamente. Desta forma, fazendo cada um o seu papel, fomos trabalhando juntos e contribuindo com mudanças locais que são percebidas com a presença das comunidades em diversos espaços de debate e decisão políticos, sobretudo, a partir do empoderamento das lideranças, entre outras ações.

Durante este período KOINONIA foi convidada a participar de algumas atividades desenvolvidas pelo SASOP com um coletivo de mulheres que discutia os temas de segurança alimentar, uso de plantas medicinais e participação política feminina. Aí começa nossa atuação junto às mulheres, com este coletivo que já atuava na região.

Unimos nosso saber e o dos outros agentes institucionais com os muitos saberes das comunidades, para juntos seguirmos na luta por um mundo mais justo e igualitário, onde as mulheres não andem de cabeça baixa e as violências não as oprimam. Nessa perspectiva é que surge esta publicação, para contar um pouco da história, escrita por várias mãos, com vários sorrisos e um só sonho: uma sociedade mais justa e igualitária.



# Breve reflexão sobre múltiplas identidades **1**

As comunidades remanescentes de quilombo são categorizadas como grupos étnicos, isto é, “um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão”.<sup>1</sup> Ainda se caracterizam por laços relativos a territorialidade, como o predomínio do uso comum das terras e utilização de áreas de acordo com a sazonalidade das atividades produtivas ou outras, “caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade”.<sup>2</sup>

A identidade étnico-racial é baseada no sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico, decorrente de uma construção histórica, calcada em relações sociais, culturais e políticas. A distinção entre étnico e racial se dá por uma questão política. Sendo o conceito racial biologicamente falso, a sua manutenção nos trabalhos acadêmicos

<sup>1</sup> BARTH, Frederik. Introducción. In: Los grupos étnicos y sus fronteras. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

<sup>2</sup> REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA – ABA. Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais. Rio de Janeiro, 1994.



Foto: Louisa Huber

diz respeito a sua construção epistemológica, marcada pela discriminação. O conceito étnico reside na origem ancestral do indivíduo por meio da identificação com seu grupo social.

Ou seja, identidade étnico-racial é um termo que procura fazer a intersecção entre uma atitude política e a origem ancestral do indivíduo. Portanto, representa a elaboração cotidiana e coletiva, que tem a ver com a transmissão de conhecimento entre os membros, a socialização de sua história, a educação de suas crianças e jovens, que possibilita uma consciência política como resposta às imposições sociais, raciais ou étnicas de uma dada cultura.<sup>3</sup> No contexto de uma população mestiça, afirma-se que a escolha da identidade étnico-racial é feita através da identificação por afinidade, afirmação de valores e posicionamento político social.

### **Gênero e raça**

O Movimento de Mulheres Negras no Brasil tem seu marco histórico no final da década de 1970<sup>4</sup>, juntamente com a chegada das teorias feministas conceituadas na Europa. Entretanto, este marco histórico não deve servir como fato invisibilizante dos movimentos de luta por direitos, realizados pelas mulheres negras ao longo da história brasileira. Nossa história é anterior a solidificação acadêmica de conceitos. Partindo do princípio da anterioridade trazido por Werneck<sup>5</sup>, reafirmarmos que:

“... uma história que não é fundada pelos europeus (ainda que mais recentemente tenha sido profundamente influenciada por eles). De outras possibilidades interpretativas ou de diferentes possibilidades de se estabelecer marcos para se recontar uma história.

Reconheço que a capacidade de dar nomes às coisas fala de uma situação de poder. Ou seja, de uma possibilidade de ordenar o mundo segundo bases próprias, singulares, desde pontos de vista individuais quanto a partir de coletividades, de povos inteiros. Trata-se de uma posição de privilégio. Ainda que eu não vá discutir aqui quais e quantas armas estiveram envolvidas na obtenção destes privilégios – mas não me é possível esconder o fato de que se tratava (e se trata) de armas...”

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n.50, jan./abr., 2004.

<sup>4</sup> WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo, v. 1, n. 1 - mar-jun de 2010.

<sup>5</sup> WERNECK, Jurema De Yialodês e Feministas Reflexões sobre a ação política das mulheres negras na América Latina e Caribe

Vários pesquisadores têm produzido estudos sobre diversos movimentos sociais, econômicos e culturais realizados por mulheres negras. Como o estudo feito por Perry<sup>6</sup> sobre a ação das mulheres negras da comunidade urbana de Gamboa de Baixo em Salvador, que lutaram contra a remoção de seus ocupantes através da organização política e ativismo na defesa dos direitos. Ao trazeremos para o contexto acadêmico, político e social estas narrativas, estamos reestabelecendo novos marcos, nomeando e ordenando o mundo a partir de nossos pontos de vista que trazem novos prismas, contribuindo com a construção de uma nova história.

## Identidades múltiplas

Art 68: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

A partir do texto do artigo 68 da Constituição Federal de 1988 transcrito acima, o termo quilombo assumiu um novo significado, não mais atrelado ao conceito de grupos formados por escravos fugidos. Hoje, o termo é usado para designar a situação dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos no Brasil, fazendo referência a terras que resultaram da compra por negros libertos; da posse pacífica por ex-escravizados; de terras abandonadas pelos proprietários em épocas de crise econômica; da ocupação e administração das terras doadas aos santos padroeiros ou de terras entregues ou adquiridas por antigos escravizados organizados em quilombos. Nesse contexto, a expansão da variedade de áreas oficialmente reconhecidas como quilombos foi apenas um dos eventos que contribuíram para a constituição das “terras de uso comum”, categoria mais ampla e sociologicamente mais relevante para descrever as comunidades que fazem uso do artigo constitucional.

<sup>6</sup> PERRY Keisha-Khan “Daqui ninguém me tira”: Poder e política das mulheres negras da Gamboa de baixo, Salvador. Revista Gênero v.9, 2008 Niterói.

O universo das comunidades remanescentes de quilombo nos apresenta inúmeras possibilidades de releituras da história dita “oficial” e mais possibilidades ainda de conhecer narrativas e pontos de observação e análise que antes não eram possíveis por conta da falta de registro desta história, contada por outro ator social que não o dominante na sociedade vigente. A permanência e manutenção das comunidades remanescentes de quilombo se dão por alguns fatores, dentre eles os laços de solidariedade que foram fundamentais para que as comunidades continuassem a se manter vivas e em reprodução. Esse conceito surge com a Constituição Federal de 1988, referindo-se a comunidades oriundas de antigos quilombos, comunidades estas que deveriam receber ações de reparação, visando compensações dos mais de 100 anos de falta de ação afirmativa do Estado brasileiro para com a população negra.

O ensinamento das práticas sociais, culturais, religiosas entre outras, na maioria das organizações sociais fica sob a responsabilidade das mulheres, já que as mesmas tornam-se responsáveis, voluntariamente ou não, pela criação dos filhos e pela organização das famílias. No caso das comunidades tradicionais, esta responsabilidade extrapola o espaço da família restrita a casa, já que os laços parentais unem os núcleos familiares em grandes famílias. Assim o papel da mulher enquanto responsável pela transmissão e valorização do saber propaga-se por toda a comunidade.

Pensando a partir da ideia de construção da identidade étnico-racial, identificar-se como negro é, primeiramente, uma questão de origem ancestral africana, denominada comumente de afrodescendente. E para além dessa origem, ser negro é, principalmente, um posicionamento político, pelo qual o indivíduo assume e imputa um valor positivo à identidade racial negra.

No caso das comunidades remanescentes de quilombo, esta identidade está ligada ao coletivo. Assumir-se como mulher negra é também uma construção identitária política que coloca estas mulheres num lugar diferenciado pela junção de condições negativas e estereotipadas que cercam as mulheres e negros na sociedade brasileira. Agrega-se a este grupo mais um elemento de exclusão

e estereótipos que é a identidade quilombola. Temos, portanto, neste grupo três elementos identitários sobrecarregados de estereótipos: mulheres-negras-quilombolas.

Desta forma, para que se compreenda o universo em que estas mulheres estão, é preciso familiarizar-se com as situações em que as comunidades quilombolas se inserem como movimento social na busca pela efetivação de seus direitos e discutir as questões das relações étnico/raciais e de gênero na sociedade.



# KOINONIA no Baixo Sul da Bahia

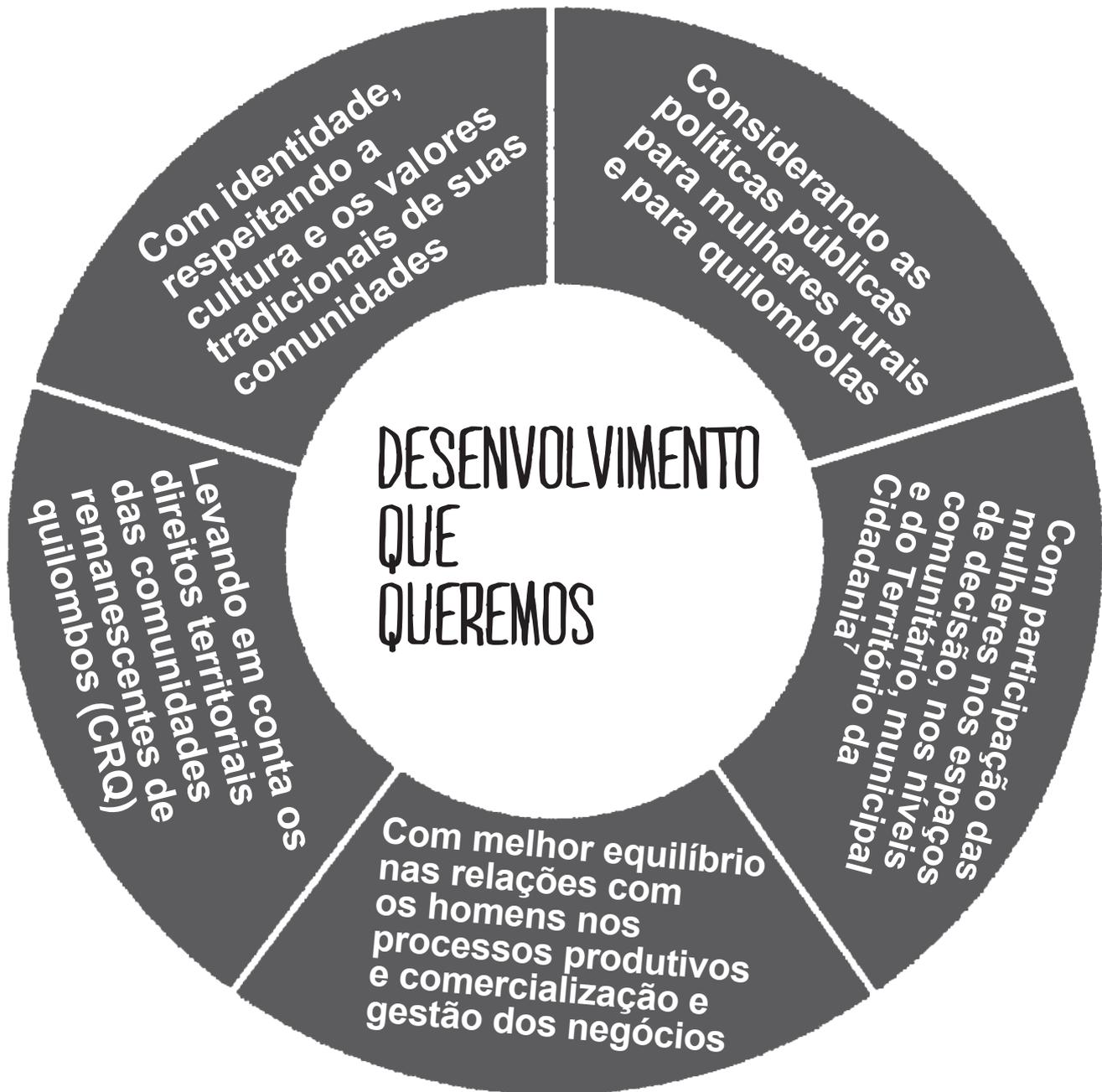


KOINONIA chega à Região do Baixo Sul da Bahia em 2007, a convite do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Camamu que, após conhecer o trabalho de Koinonia com comunidades negras tradicionais, entra em contato com a organização para conseguir informações sobre comunidades remanescentes de quilombos. Assim, iniciamos um processo centrado na difusão de informação para as comunidades e na formação de multiplicadores a respeito do tema quilombola, com apoio do SASOP e do STTR Camamu.

## **Eu, mulher negra quilombola...**

Em 2010, KOINONIA apresentou ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) o projeto “Apoio ao fortalecimento político e econômico das mulheres quilombolas do Baixo Sul da Bahia”. A iniciativa teve como objetivo fortalecer a participação das mulheres quilombolas nos espaços de decisão política e de comercialização, por meio de um intenso processo de formação. Este visava reforçar a reflexão sobre o tipo de desenvolvimento que estas mulheres reivindicavam:

O projeto foi desenvolvido nos anos de 2010 e 2011 e teve entre suas atividades um conjunto de quatro oficinas, em que participaram 150 mulheres por encontro; dois seminários públicos; e dois intercâmbios.



<sup>7</sup> O Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania que tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

bios: um em Salvador, com comunidades de terreiro de candomblé, e outro no Rio de Janeiro, com comunidades quilombolas. O projeto “Apoio ao fortalecimento político e econômico das mulheres quilombolas do Baixo Sul da Bahia” foi determinante para definir uma linha de ação de KOINONIA na região, abraçando as temáticas apresentadas pelas mulheres nestes espaços e nas ações da articulação de mulheres que já atuava com apoio de outros parceiros.

## Alguns momentos do projeto

# 3

### Oficina I

A primeira oficina de 2010 aconteceu no mês de setembro, na cidade de Camamu, BA, mas também abrangeu público dos municípios vizinhos de Ituberá, Nilo Peçanha e Igrapiuna. Em pauta, conceitos relacionados ao racismo e sexismo, com foco na participação da mulher quilombola na história da sociedade brasileira, visando fortalecer sua identidade e o princípio da auto-identificação.

Na metodologia de formação, contação de história - ilustrada pelo livro “Minha mãe é negra sim”, de Patricia Santana; diálogos sobre racismo institucional e sexismo no cotidiano; apresentação e discussão do quadro de leis sobre racismo e sexismo no Brasil; vídeo-debates sobre violência doméstica; e um panorama sobre a relação dos conteúdos ministrados na oficina com as políticas públicas.



# TODAS AS VIDAS

**(Cora Coralina)**

*Vive dentro de mim  
uma cabocla velha  
de mau-olhado,  
acocorada ao pé do borralho,  
olhando pra o fogo.  
Benze quebranto.  
Bota feitiço...  
Ogum. Orixá.  
Macumba, terreiro.  
Ogã, pai-de-santo...*

*Vive dentro de mim  
a lavadeira do Rio Vermelho,  
Seu cheiro gostoso  
d'água e sabão.  
Rodilha de pano.  
Trouxa de roupa,  
pedra de anil.  
Sua coroa verde de são-caetano*

*Vive dentro de mim  
a mulher cozinheira.  
Pimenta e cebola.  
Quitute bem feito.  
Panela de barro.  
Taipa de lenha.  
Cozinha antiga  
toda pretinha.  
Bem cacheada de picumã.  
Pedra pontuda.*

*Cumbuco de coco.  
Pisando alho-sal.*

*Vive dentro de mim  
a mulher do povo.  
Bem proletária.  
Bem linguaruda,  
desabusada, sem preconceitos,  
de casca-grossa,  
de chinelinha,  
e filharada.*

*Vive dentro de mim  
a mulher roceira.  
– Enxerto da terra,  
meio casmurra.  
Trabalhadeira.  
Madrugadeira.  
Analfabeta.  
De pé no chão.  
Bem parideira.  
Bem criadeira.  
Seus doze filhos.  
Seus vinte netos.*

*Vive dentro de mim  
a mulher da vida.  
Minha irmãzinha...  
tão desprezada,  
tão murmurada...  
Fingindo alegre seu triste fado.*

*Todas as vidas dentro de mim:  
Na minha vida –  
a vida mera das obscuras.*

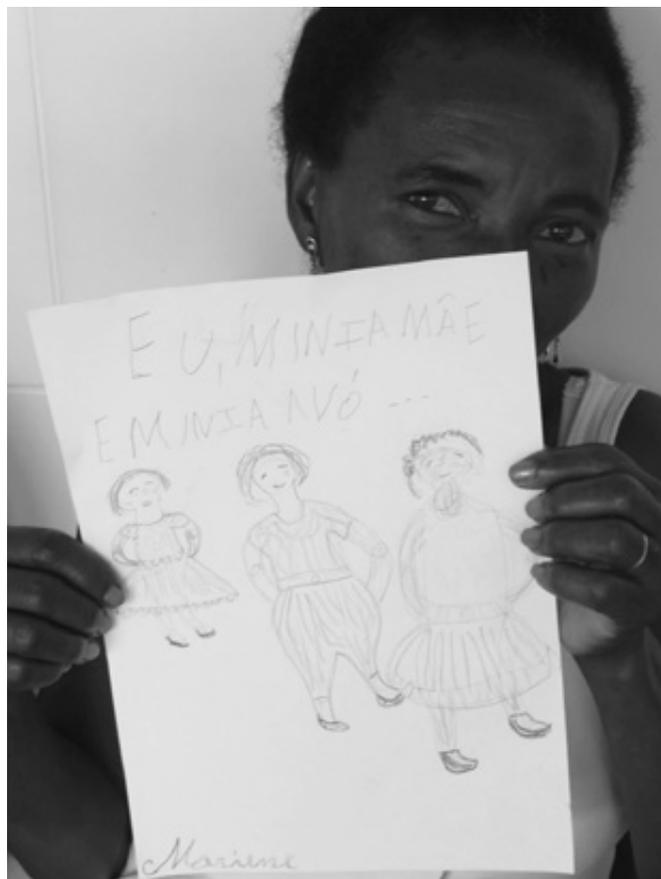
O grupo de mulheres quilombolas foi dividido em três turmas, cada qual com uma formadora. Os momentos de debate e capacitação foram feitos em turmas separadas, mas algumas atividades, como as de avaliação e encaminhamentos, foram feitas em conjunto com todo o grupo.

Após as dinâmicas de apresentação, foi feita uma primeira vivência sobre o tema a ser trabalhado. Cada mulher deveria representar, da maneira que escolhesse, o tema “Eu, minha mãe e minha avó”. O objetivo dessa dinâmica foi contar a própria história, buscando valores de resistência e de ancestralidade. Algumas mulheres escreveram e outras fizeram desenhos.

Em seguida, esses textos e desenhos foram socializados, compartilhados por aquelas que se sentiram à vontade para fazer isso. Muitas histórias foram contadas, criando um laço e um espaço seguro para essas mulheres, além do início de uma identidade grupal.

As histórias e vivências de cada uma com o tema “Eu, minha mãe e minha avó” levaram à apresentação e debate dos conceitos de: ancestralidade, identidade e resistência; diferenças e desigualdades; equidade; raça; racismo; gênero; interseccionalidade (articulação das múltiplas diferenças); e racismo institucional.

Em seguida foi feito um trabalho corporal com música e espelho.



# CARAPINHA DURA

(Jussara Silveira)

*Negra de carapinha dura  
Não estrague o teu cabelo, me jura*

*Faça tranças corridinhas  
Com miçangas a cair  
Carrapitos pequenitos  
Como aqueles que vovó fazia  
Pra você*

*Você é africana  
Tem beleza natural  
Vai mostrar pra todo mundo  
Que essa tua carapinha  
É o acabamento de uma obra sem igual*

*Carapinha é o acabamento  
De uma obra sem igual  
Vovó deixou  
Você vai guardar  
Você não vai estragar  
Aquilo que vovó deixou pra você*

*Negra de carapinha dura  
Não estrague o teu cabelo, me jura*

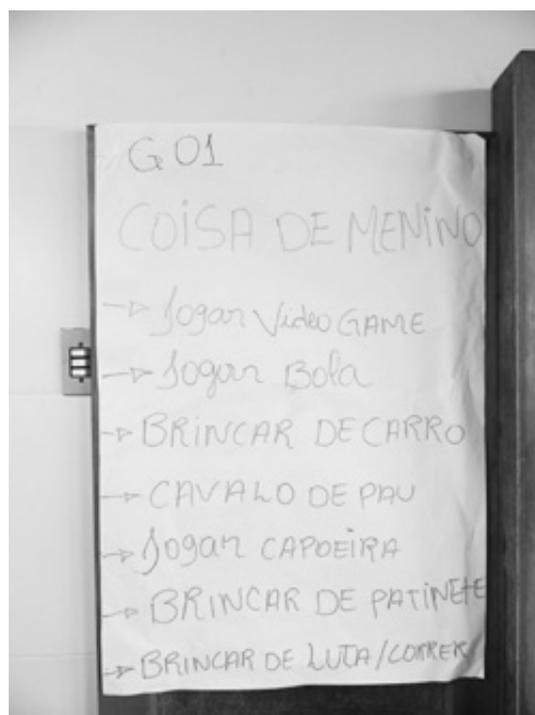
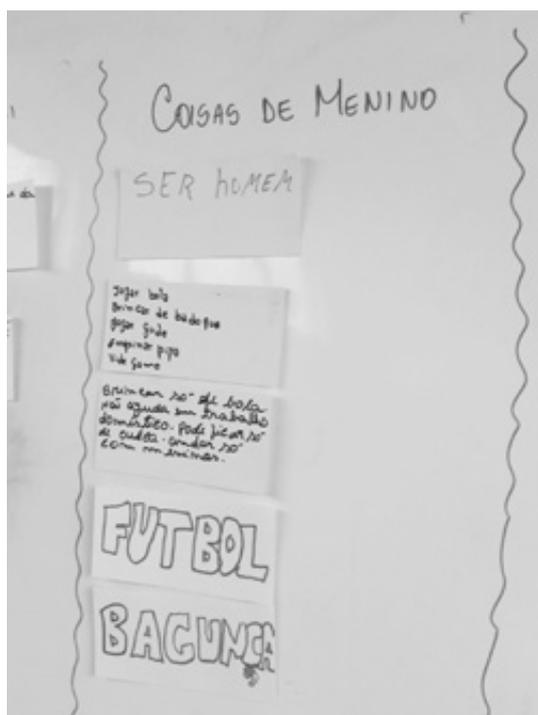
Na dinâmica, as mulheres dançavam e um pequeno espelho era passado de mão em mão. A questão proposta era a de como cada uma se sentia ao olhar-se enquanto dançava. Foram compartilhados os sentimentos vivenciados na atividade, os quais foram relacionados às discussões anteriores.

A próxima rodada iniciou com a contação da história “Minha mãe é negra sim” (um pequeno vídeo em forma de quadrinhos), seguido do debate “Raça, Racismo Institucional e Sexismo”.

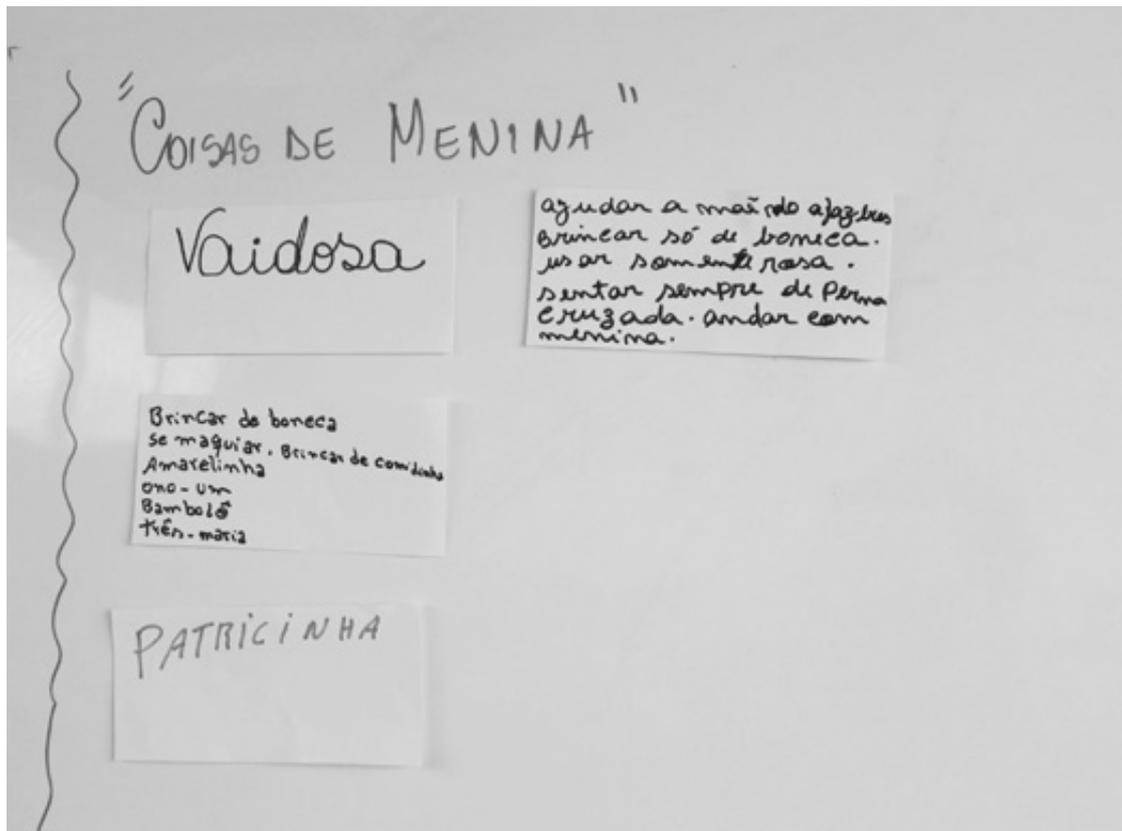
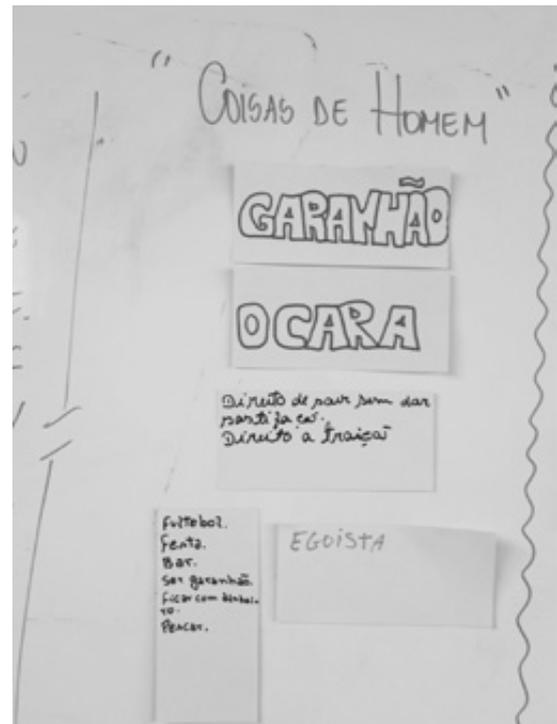
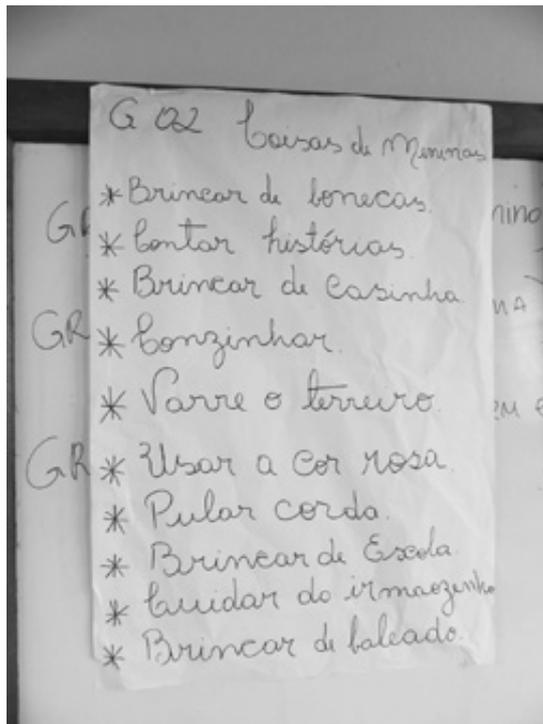
Para entrar com mais profundidade na questão de gênero, foi apresentado o vídeo “Sonho Impossível”<sup>8</sup>, que trata dos papéis de gênero na vida doméstica. Esse tema foi então muito debatido, a partir de comentários sobre o filme e de histórias pessoais contadas pelas mulheres. As formadoras buscavam sempre relacionar o que era contado, ou os comentários sobre o filme, com a questão de gênero.

Logo depois, foi feito um exercício sobre “Coisa de menino / coisa de menina” e “Coisa de mulher/ coisa de homem”, para estimular a reflexão sobre a construção social dos papéis de gênero.

Alguns dos cartazes produzidos pelas mulheres no exercício:



<sup>8</sup> Produzido por Studio J. Trnka Katky Films, Prague com cooperação The United Nations.



Após o debate e discussão dos conceitos de gênero e de identidade de gênero, foi exibido o vídeo do Governo Federal “Mulheres Donas da Própria Vida”<sup>9</sup> e um curtíssimo (sem palavras, só imagens), que mostra o medo nas relações domésticas, causado pelo uso constante de violência contra a mulher e contra as crianças. A partir dessas exibições, foi feito um debate sobre a questão da violência doméstica.

O próximo passo foi a apresentação e discussão do quadro de leis sobre racismo e sexismo no Brasil e uma reflexão partindo das seguintes questões:



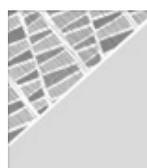
Cenário rural e urbano: quais as diferenças e semelhanças entre capital e interior?



Quais são e como são construídas as políticas de igualdade racial em relação às mulheres do campo/quilombolas?



Quem são e como vivem os negros, negras, indígenas e outras comunidades tradicionais na Bahia?



Quais ações os órgãos de governo precisam desenvolver para o enfrentamento do racismo e sexismo, em especial no espaço do campo?

Ao final da oficina, foi feita uma reflexão. As participantes se dividiram em grupos de três mulheres, respondendo às seguintes questões: O que senti? O que pensei? O que aprendi? As respostas foram compartilhadas com o grupo maior.

<sup>9</sup> <http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/mulheres-donas-da-propria-vida/mulheres-donas-da-propria-vida>

## Oficina II

A segunda oficina aconteceu em Camamu, em dezembro de 2010, e teve como objetivo discutir conceitos relacionados ao trabalho e remuneração; à divisão sexual do trabalho; produção das mulheres e princípios da economia feminista, gerando reflexão sobre a forma de produção e apropriação dos resultados pelas quilombolas do Baixo Sul.

A primeira atividade, intitulada “Produção e Território” consistia em estimulá-las a desenharem mapas de suas respectivas comunidades, identificando o que e onde produziam, para assim travar um debate sobre uso dos recursos naturais do território; riqueza produzida; autonomia/soberania; experiências com grupos de produção e cooperativas.

Em seguida, as mulheres discutiram a participação feminina no trabalho familiar, respondendo a questões como “O que é produzido?”, “Quem planta?”, “Quem cuida?”, “Quem colhe?”, “Se for artesanato ou algo assim: quem extrai a matéria prima?”, “Quem faz o objeto?”, “Com ajuda?, Se sim, de quem?”, “Quem vende?” “Quem decide como o dinheiro será utilizado?”

Na próxima etapa, a partir da montagem de um quadro sobre que tipos de trabalhos eram visíveis ou invisíveis, as mulheres conversaram sobre divisão sexual do trabalho e participação da mulher, incluindo a questão da desigualdade nas remunerações por trabalhos iguais. Discutiram também sobre os trabalhos remunerados e não remunerados e a relação de cada um com os papéis de gênero na economia.

Houve também Introdução à Economia Feminista, debatendo questões como:



Se há formas diferentes de mulheres e homens pensarem a economia: ganhar, investir e gastar dinheiro



Quais são as diferenças e o que elas significam?



O que há de fácil e de difícil no trabalho coletivo de mulheres? (Será que dá para fazer trabalho coletivo?)

As participantes contaram experiências e lembraram iniciativas realizadas na região: plantas medicinais, panelas de barro e outras... O que deu certo e o que não deu? Por quê? Destacando ainda a forma como o trabalho foi organizado em cada caso, assim como a divisão de tarefas.

Foram apresentados os resultados do intercâmbio as comunidades quilombolas no Rio de Janeiro, com as participantes compartilhando experiências e aprendizados no processo. O momento gerou nas mulheres o sentimento de pertencerem a um grupo maior de quilombolas no Brasil.

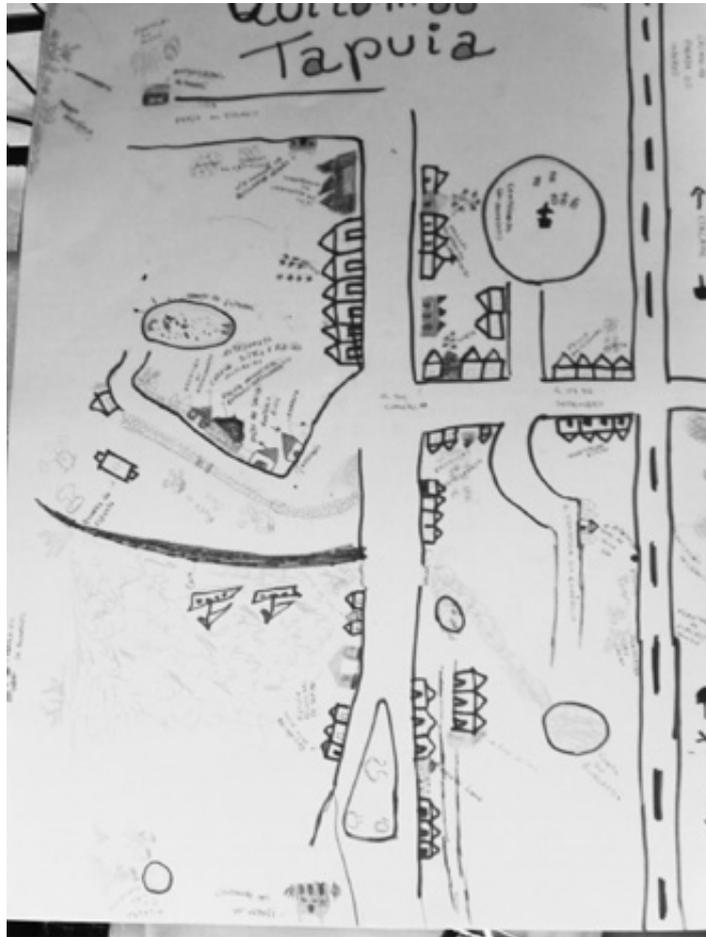
A relação entre território e a produção foi discutida, principalmente em suas relações com a identidade quilombola. Muitas mulheres pela primeira vez se viram como pessoas com direito a remuneração ou ao compartilhamento dos recursos advindos do trabalho na roça, conscientes também de que o trabalho doméstico tem valor. Além disso, as mulheres observaram a riqueza que produzem em seus territórios, ao fazer o levantamento da produção e refletiram sobre a possibilidade de avançar em empreendimentos coletivos, como os mostrados no filme “As Fulô do Sertão - Mulheres da caatinga fazendo econegócios”.<sup>10</sup>

Por fim, também foi reforçada a confiança das mulheres nesse espaço de compartilhamento de experiências, elevando sua auto-estima, valorizando sua identidade e descobrindo novas possibilidades. As participantes aderiram a Rede de Mulheres do Baixo Sul<sup>11</sup>, que luta pelo fim da violência contra a mulher.

<sup>10</sup> BPC Imagens, Realização Projeto BRA 05-016 Apoio PNUD

<sup>11</sup> Articulação que surgiu das atividades de formação e diálogo realizadas pelo SASOP, STTR e outras instituições que se juntam para propor ações de melhoria da qualidade de vida das mulheres na região.

# Mapas



Mapas produtivos das comunidades, feitos durante as oficinas



## Oficina III

O terceiro encontro aconteceu entre os dias 14 e 16 de janeiro de 2011. A oficina teve como finalidade nivelar a compreensão do conceito de política pública, discutir sobre o porquê de existirem, quais são e como acessar políticas específicas para mulheres rurais e para territórios quilombolas. Este momento também foi importante para debater a relação de tais políticas com o conceito de território quilombola; e consolidar a compreensão das mulheres sobre formas de participação e controle social.

As participantes foram estimuladas a compartilhar com o grupo as histórias de suas respectivas comunidades, por meio da memória. Esta dinâmica criou uma oportunidade para que fossem pautadas as diferenças entre assentamento, territórios quilombolas urbanos e rurais e propriedade rural.

Ao fim do encontro, as participantes ampliaram seus repertórios no sentido de perceberem como sua identidade e seus direitos são reconhecidos na linguagem das políticas públicas, aprendendo sobre as definições oficiais de território coletivo quilombola e seu significado em relação à forma de organização social e de produção das comunidades. Da oficina também saíram propostas concretas como a de participar mais ativamente no cotidiano das comunidades, de forma a acessar as políticas públicas e controlar sua execução; e fazer um levantamento de problemas que impedem ou dificultam essa participação, relacionados à discriminação de gênero ou à dificuldade de compreensão de demandas das mulheres quilombolas por parte do poder público.

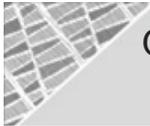
## Oficina IV

A quarta oficina aconteceu entre os dias 25 e 27 de fevereiro e teve como objetivos: que todas as participantes compreendessem o conceito de gestão; que discutissem sobre como isso se faz em espaços distintos: gestão de associações, de negócios, de cooperativas e de espaços de comercialização; e que debatessem gestão participativa empreendedorismo e negócios coletivos.

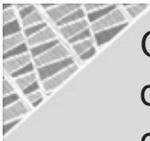
A primeira dinâmica do encontro foi encenar uma situação em que a mulher fizesse a gestão doméstica. As expectadoras teriam que observar e comentar sobre os diferentes papéis, a divisão de tarefas, como um planejamento é criado e executado no cotidiano e quais poderiam ser seus resultados.

Houve em seguida uma chuva de ideias, estimulada por perguntas como “O que é gestão?”, que levaram o grupo a refletir sobre como é a organização dos recursos (dinheiro, alimentos) e atividades domésticas (horário, responsabilidades, tarefas).

As participantes então se dividiram em grupos para discutir noções de planejamento e foram estimuladas a apresentar, além dos resultados de suas conclusões conjuntas, outras formas de gestão que tivessem em mente. As perguntas que impulsionaram as discussões foram:



O que é gestão?



Gestão participativa: quem decide? Como se tomam as decisões? Como saber se as coisas foram feitas do jeito certo?



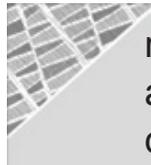
Gestão de escola (e outros espaços de participação como associação, igreja cooperativa): como participam?

Logo depois, as mulheres fizeram um vídeo-debate a partir do filme “O importante é cooperar”, produzido pelo Sebrae, no qual discutiram associativismo e economia solidária.

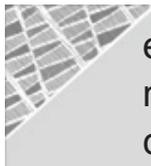
Na discussão um dos pontos importantes foi aquele em que as participantes puderam aprofundar as diferenças entre associativismo, associação e cooperativa. A partir daí, elas próprias montaram um quadro apontando as principais distinções e suas experiências em cada modalidade.

Por fim, responderam sobre o que para elas significava ser uma empreendedora e traçaram seus próprios perfis de empreendedoras. A atividade que encerrou o encontro foi a construção do mapeamento do que cada comunidade produzia e um breve debate sobre negócios coletivos, com alguns exemplos.

A partir dessa oficina, as mulheres puderam:



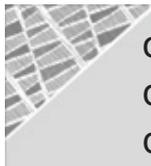
refletir sobre a importância de participar da gestão das associações comunitárias - porque nelas são tomadas decisões que afetam a todas



eleger os princípios que regem um grupo produtivo de mulheres: confiança mútua, responsabilidade e acordos claros e bem definidos sobre a venda dos produtos



desconstruir a ideia de que para ser empreendedora é preciso ter necessariamente uma empresa



observar quais as complementaridades em suas atividades para atuarem juntas (por exemplo, quando uma faz doce, a outra pode fazer o biscoito)

## Respostas das participantes às perguntas de estímulo

### O QUE É EMPREENHIMENTO?

- Negócio realizado;
- associação;
- cooperativa;
- microempresa.
- Negócio;
- Comercializar;
- Abrir uma empresa;
- Compra e venda;
- Troca de saberes;
- Conhecimento.



## O QUE É SER UMA MULHER QUILOMBOLA EMPREENDEDORA?

- Uma mulher com visão para negócios;
- Mulher instruída, ativa;
- Mulher guerreira;
- Mulher revolucionária (que quebra as barreiras culturais e de comportamento);
- Mulher renovada, sempre em busca.

## SOBRE PLANEJAMENTO

### GRUPO I

**O que é?** E um trabalho em conjunto.

**Para que serve?** Para que haja um bom desenvolvimento em conjunto da comunidade.

**Como fazer?** Um planejamento da gestão de recursos para auxiliar na renda das famílias.

### GRUPO II

**O que é?** É a ação de coordenar algum projeto pensado e colocá-lo em prática.

**Pra que serve?** Serve para ter uma visão anterior da atividade a ser exercida.

**Como fazer?** Tentar se organizar para que as atividades sejam bem desenvolvidas nas comunidades.

### **GRUPO III**

**O que é?** E um trabalho em conjunto.

**Para que serve?** Para que haja um bom desenvolvimento em conjunto da comunidade.

**Como fazer?** Um planejamento da gestão de recursos para auxiliar na renda das famílias.



# MAPA PRODUTIVO DAS COMUNIDADES



## **Porto do Campo**

### **Produtos:**

dendê, laranja, banana, pimenta, catado, camarão, peixe, artesanato com fibras naturais (manzuá, peneira, samburá, cesto, crochê outros mais), confecção de roupa, geladinho, cocada, pastéis, empada, cana, coco, criação de galinha, porco, boi, ovos, pipoca, bolo, paçoca, doce de banana, pamonha, hortaliças, cultivo de ostra, quiçari, abacaxi, chuchu.

## **Tapuia**

### **Produtos:**

confecção de roupas, pesca e mariscos, cultivo de: cacau, cravo, dendê, piaçava, urucum, limão, jaca, pimenta, quiabo, jiló, laranja, aipim, quiçari, cana, cajarana, pupunha, mandioca, cupuaçu, guaraná, acerola, banana, abacaxi, chuchu, cajá, etc.; artesanato: redes de pesca, samburá, tricô, bordado, licor artesanal, crochê, criatório de galinhas, bovinos, suínos, vendas de geladinhos, doces e salgados, hortaliças, farinha de mandioca.

## **Garcia**

### **Produtos:**

crochê, roupas, bordado, vassoura, peneiras, manzua, esteiras, cestas, samburar, tapete, bonecas de pano, enfeite com crochê e garrafa pet, bancos, canoinhas etc., tigelas de madeira, cangalhas, cabo de facão e machado, remo, Galinha terra e caipira, porco, farinha de mandioca, tapioca, biju, pamonha, coqueiros, frutas, mariscado e peixes, azeite, cocos, fortalece, cacau, cravo, guaraná, seringa e outros.

### **Laranjeira**

#### **Produtos:**

cravo da Índia, guaraná, seringueira, piaçava, cacau, dendê, hortaliça, geladinho, inhame, batata doce, coco, farinha de mandioca, galinha caipira, beju, licor, cesto, manzoá, fuchico, peneira, cendeeiro, crochê, abano, bordados, cabo de facão; cabo de machado, cabo de faca.

### **Pimenteira**

#### **Produtos:**

ponto cruz, crochê, vagonite, fuxico, tapete de sacola de plástico, doce de banana, derivado da mandioca, prendedor de cabelos de tecido/crochê, comida típica, horta, geléia de cupuaçu, cacau, guaraná, urucum, cravo, seringa, mandioca, pupunha, galinha, pimenta, jaca.

### **Pratigi**

#### **Produtos:**

farinha, cacau, dendê, laranja, mandioca, cravo da Índia, coco, pesca catados e frutos do mar, geladinho, galinha e folhas de hortaliças.

### **Dandara**

#### **Produtos:**

almofadas arrumadas com fuxico, arranjo de crochê arrumado com sementes e fuxico, colheres com fuxico, bonecas de fuxico, chaveiro, bolsas com fuxico, confecção de garrafa pet, cortina do fundo de latinha de cerveja, enfeite com latinha, tira de crochê, prendedor de cabelos de tecido e crochê, enfeite de geladeira, touca e cesta de evento de crochê, cocadas e geléias diversas, geladinho, doces, pamonhas, sucos, café, corantes, tinholes, balas, batata doce, hortaliças, frutas diversas, polpas, farinha, farinha de

tapioca, fubá, farinha tinga, biju, mel de abelha, galinha, ovo, peixe, carne suína, cana, leite de cabra, remédio caseiro, cacau, pimenta, aipim, cravo, guaraná, pupunha, jaca, abacaxi.

### **Jatimana**

#### **Produtos:**

cacau, guaraná, cravo, cacau, bananeira, e seringueira, cestinha de cipó e samambaia, espiguinha de milho, cestinha de barro, lacinho de pé, panelinha de barro, tapetes de plástico.

### **Barroso**

#### **Produtos:**

banana, cacau, cravo, poupa, farinha, doces de frutas da comunidade, costura, crochê, bordado, cestas de cipó, esteiras.

### **Ronco**

#### **Produtos:**

crochê, esteira, tabua, cestinho de samambaia, peneira, bala de ramos, esteira de animal, azeite de pilão, café de pilão, doce de goiaba, sabão de azeite, guaraná, cravo, cacau, pupunha, farinha, banana, cupuaçu, urucum, pimenta do reino, seringa, tapioca.

### **Jatimane**

#### **Produtos:**

piaçava, artesanato de piaçava, artesanato de palha, tainha defumada (prato típico), queijada de coco, cocada de maracujá, galinha da terra defumada, pirão de banana da terra, pente da casca de piaçava, beiju de goma/mandioca.

## O que mudou?



### Barroso

**Em casa:** diálogo com a família. Resolução dos problemas por meio do diálogo.

**Na Comunidade:** formação de um grupo de mulheres e mutirão feminino. Hoje, as mulheres já estão vendendo na feira. Há também uma reunião mensal, sobre a qual elas destacam a importância de estarem juntas conversando. Além disso, a Rede de mulheres do Baixo Sul tem servido como espaço de apoio.

**Necessidades para o funcionamento do Eixo Mulher:** existe a necessidade de transporte para ida aos encontros. A falta de transporte inviabiliza a participação. Sem o recurso, as mulheres têm que se humilhar duas vezes: pedir para ir e ainda pedir dinheiro ao marido.

### Pimenteira

**Em casa:** mudou o diálogo na família e o jeito de pensar em como criar os filhos. Valorização dos direitos da mulher e aumento da confiança nas próprias ações.

**Na Comunidade:** mobilização de pequenos grupos para geração de renda, artesanato e horta. Um grupo que estava com as ativi-

dades paradas tem se rearticulado. A ideia é voltar para os quintais e estender as atividades aos roçados. Outros destaques são a intensificação da união para a melhoria das condições de vida na comunidade e aumento da confiança no trabalho de mutirão, o que fez com que as pessoas estivessem mais atentas ao potencial do trabalho coletivo.

**Necessidades para o funcionamento do Eixo Mulher:** Rede de mulheres com reuniões mensais. Não há recursos necessários para garantir periodicidade, o que tem inviabilizado os encontros. Embora exista uma Secretaria de Mulheres no Sindicato de Trabalhadores/as Rurais, este setor não dispõe de instrumentos para realizar ações. Cumpre ressaltar que os profissionais nos municípios não estão capacitados para atender às mulheres.

## Jetimana

**Em casa:** as experiências que aprendemos aqui, a gente passa em casa. Aprendemos que também temos nossos direitos e passamos isso adiante.

**Na comunidade:** temos que viver mais unidas e confiantes, trabalhar em mutirão e não acreditar em conversa a toa. Fazemos reunião e convidamos nossas amigas. Fazemos mutirão e trabalhamos em grupo na limpeza de mandioca, hortaliças, limpando polpa, etc.

**Necessidades para o funcionamento do Eixo Mulher:** Participação de outros grupos quilombolas.

# Dinâmica de avaliação: “Pesca do aprendizado”

## O que Pensei?

“Pensei que seria bom, porque iríamos trocar experiências e aprender com outras pessoas”.

“Pensei em me tornar uma empreendedora. Formar uma rede de mulheres na comunidade e depois expandir para outras comunidades”.

“Em voltar para comunidade com objetivo de reunir as mulheres para renovar o conhecimento e formar uma associação”.

“Pensei em fazer artesanato, formação de grupo e planejamento para associativismo”.

“Pensei em aprender mais coisas diferentes que não sabia. Pensei que ia ser muito difícil, mas é muito fácil o que aprendemos”.

“Em continuar praticando e melhorando cada vez mais. Nos unir mais para buscar ajuda, nos organizar criando nossos espaços”.

“Pensei em organizar as ideias e levar para que outras companheiras vejam para valorizar esses espaços sociais”.

“Aprender mais. União, junção, participação, multiplicação. Incentivar mais mulheres da comunidade para o trabalho coletivo”.

“Pensamos em dar continuidade aos encontros na comunidade disseminando para as pessoas o que aprendemos”.

## O que senti?

“Que devemos tomar iniciativas para que algumas coisas aconteçam dentro da própria comunidade”.

“Alegria em saber que as mulheres estão ativas buscando conhecimentos e capacitação para a melhoria nas comunidades quilombolas”.

“Fortalecimento no grupo, disposição, companheirismo, união, troca de experiência, esclarecimento”.

“Senti união das mulheres quilombolas e desejo de saber mais. Vivência no grupo”.

“Nos sentimos mais felizes e mais fortes na aprendizagem após estarmos participando desses encontros”.

“O valor de estarmos juntas. Firmeza de continuar lutando. Me senti valorizada e capaz”.

“Incentivo através do filme. Senti vontade de explorar as ideias. Estamos fortalecidas”.

“Nos sentimos fortalecidas na informação e no compromisso de contribuir na multiplicação do conhecimento adquirido”.

## O que aprendi?

“Aprendemos a conhecer mais as nossas histórias e de outras comunidades e valorizar as nossas culturas”.

“Que para que tudo isso aconteça tem que ter confiança, união e acreditar”.

“A partilhar conhecimento com a comunidade. Aprendi sobre gestão, associação cooperativismo e que para que isso aconteça as mulheres precisam estar interagindo umas com as outras. O conhecimento é infinito, sempre temos que aprender algo mais”.

“As formas de associação, como comercializar os produtos e que juntas podemos fazer um trabalho melhor, trocando experiências com as colegas”.

“Que devemos buscar conhecimento coletivamente. Aprender a ter mais união, capacitação e planejamento em grupo”.

“Aprendi varias coisas que eu não sabia. A dialogar mais com minhas colegas. Aprendemos a como negociar produtos e também trabalhos em conjunto”.

“Juntas somos mais fortes. A organização é fundamental para as conquistas. Aos poucos conquistar os objetivos mesmo quando alguém nos diz que sempre foi assim”.

“O que é cooperativa. Como planejar e organizar. A importância do presidente e membros em geral para a associação”.

“Que somos capazes de ser gestoras e expandir espaços coletivos”.

# Histórias de origem das comunidades

# 5

## **Comunidade da Pimenteira**

por **Marilene Santos**

“A comunidade foi fundada por cinco famílias com muita luta e dificuldade. Foram os Portaça, Canudos, Esmeraldo, Vitarimo e Ventura encontrando ali o único lugar em que podiam se estabelecer. Depois chegaram uns gringos querendo expulsar seus habitantes. Em meio a esse conflito, a comunidade passa a contar com a ajuda de uma freira que colaborou com a regularização das terras para as famílias locais, que formaram uma associação e construíram a escola de nome Santa Augusta. A comunidade daí assumiu sua origem de quilombola. As pessoas antes não se importavam com isso, porque eles diziam que era coisa de candomblé, de macumba”.

## **Comunidade da Jatimana**

por **Valdete Conceição Lopes dos Santos**

“A comunidade começou assim: quem chegava tirava um pedacinho de terra e ali mesmo fazia moradia. Alguns morreram ali e outros moram até hoje.

Os tetravós foram os que chegaram primeiro. Meus bisavós arranjaram meu avô e minha avó. Aí viemos minha mãe e eu. Todos ficaram ali porque acharam que era o melhor lugar para habitar. Outras pessoas vieram da região, umas para fazer um passeio na comunidade quilombola em 1992. Aí gostaram e resolveram morar ali mesmo.

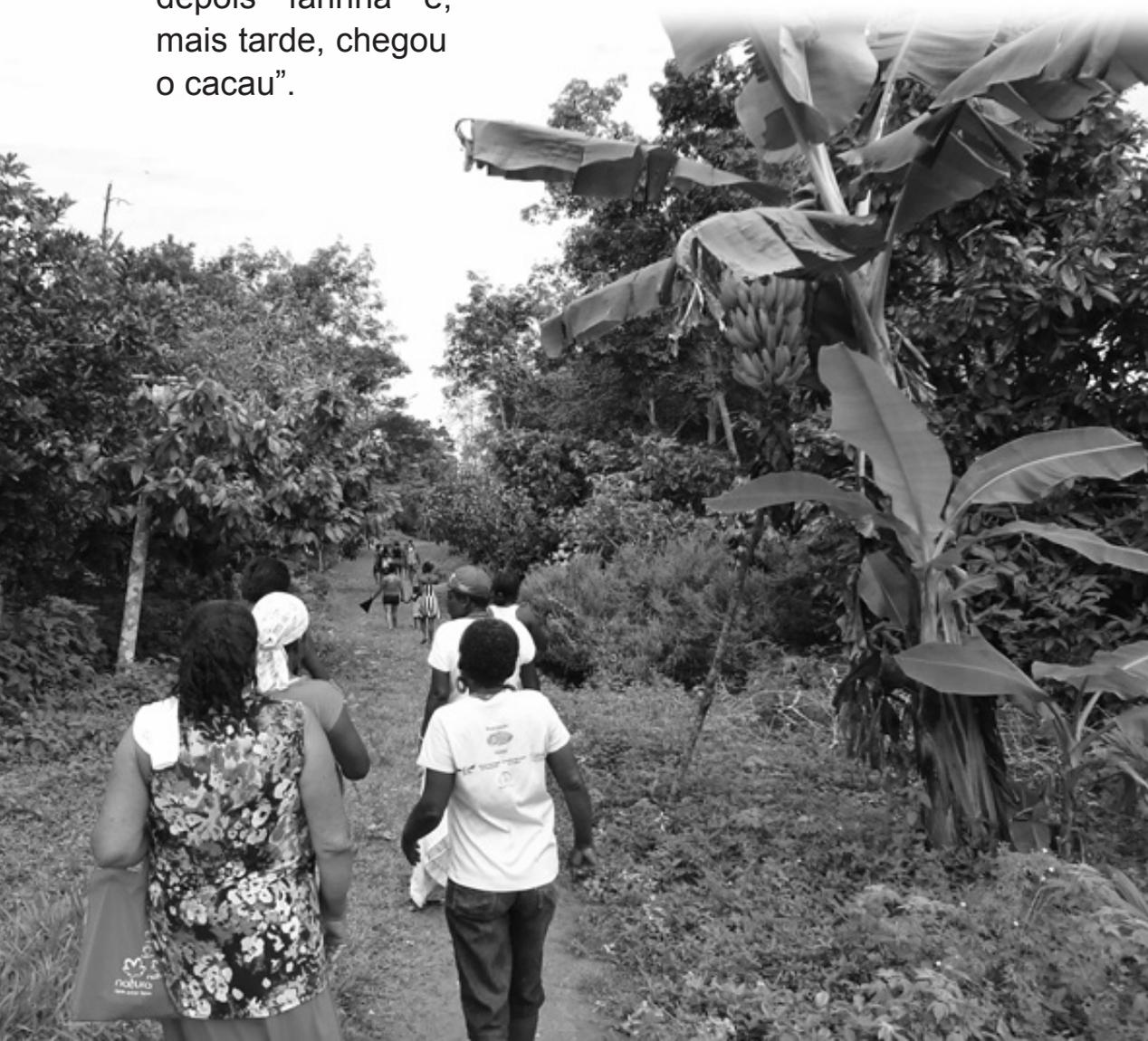
Os mais antigos na comunidade são: Severiano, Mario Rodrigues, Maria Marcelina, João Lourenço, Benedito de Rafael e Brás de Zé da Hora”.

## **Comunidade do Barroso**

por Ana Célia Pereira

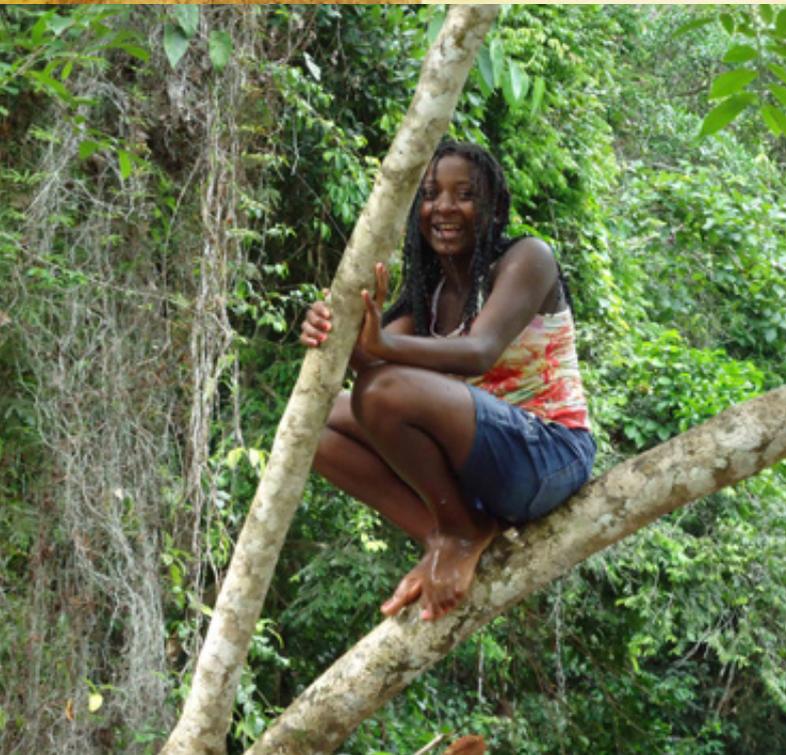
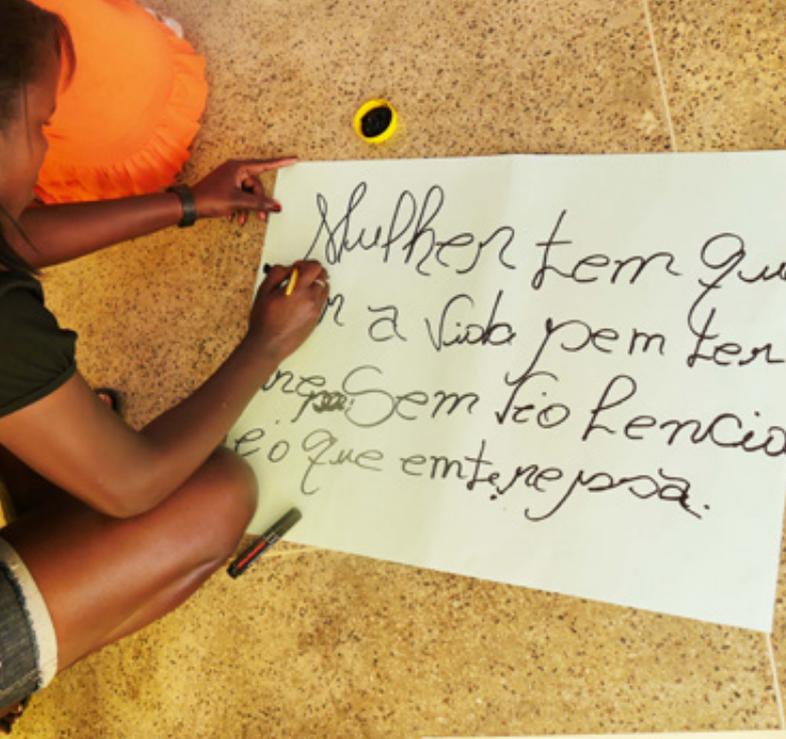
“A maioria das pessoas não sabe contar de onde vieram seus avós. Contam que foram escravos que fugiram dos fazendeiros em busca de terra para plantar. Algum tempo depois, os fazendeiros chegaram e os povos descendentes desses escravos continuaram trabalhando, agora nessas fazendas, em troca de alimento. Muitos perderam terras para pagar dívidas.

As famílias Carolino, Lucio, Marques, Malta, Andrade, Floresco, os Angelo, Silva, Bispo vivem até hoje na comunidade. E a cada dia se juntam mais com os casamentos. Antes vivíamos de caça e pesca, depois farinha e, mais tarde, chegou o cacau”.











## Comunidade do Pratigi

por Fernanda Oliveira Coutinho

“No ano de 1890, o senhor Ângelo Faustino Barros comprou 300 hectares de terras do senhor coronel Gonçalves. Este, com o passar do tempo, foi envelhecendo e resolveu passar as atividades para filhos e netos, que hoje vêm cultivando e formando novos plantios.

Com o aumento do número de habitantes e moradias, o local passou de comunidade familiar a Fazenda, de nome Boa Vista. Hoje chama-se Povoado do Pratigi, onde convivem pessoas de diferentes religiões.

No Pratigi, casos, histórias e brincadeiras diversas como roda, bumba-boi, terno de rei, mascarado, pau de sebo, quebra pote e mais, fazem parte da tradição que passa de geração em geração. Assim como as festas dançantes, realizadas com instrumentos como violão, cavaquinhos, pandeiros, gonzás e sanfona. Nessas festas, que tradicionalmente vão de 13 a 29 de junho (dia de São Pedro), as pessoas costumavam matar porcos e galinhas. Na celebração participam geralmente os povoados vizinhos que traziam instrumentos e contribuía com sua animação. No Pratigi, boa parte das tradições ainda é preservada seja nas festas sagradas ou profanas”.



## **Comunidade Laranjeira** por Elenita Guerra dos Santos e Maria Domingas da Conceição

“A comunidade da Laranjeira começou como o senhor João Oliveira. Imaginamos que ele e outras pessoas tenham fugido de fazendas de escravos. Assim foram formadas pequenas propriedades. Hoje, existem filhos, netos e bisnetos dessas pessoas que se refugiaram no local.

Zeca, filho de João Oliveira, hoje com 72 anos, continua morando na comunidade. A filha do falecido Rafael, Maria Benedita, reside na comunidade. Manoel dos Santos, se estivesse vivo, teria 101 anos. Assim como Emetério, também falecido, cujos parentes ainda vivem no local. Guilherme Rodrigues dos Santos é avô de dos Anjos, que hoje reside na Laranjeira. Olindio Magno dos Santos, falecido, é avô de Eliana, que é professora da comunidade. Também veio o senhor Manoel de Pedro, falecido, mas tendo deixado filhos, netos, sobrinho e bisnetos. O pessoal desta geração não sabia que a comunidade era quilombola. A comunidade foi certificada em 2005 pela Fundação Cultural Palmares. Após o reconhecimento da área como pertencente a remanescentes quilombolas, veio água, energia elétrica e posto médico”.

## **Comunidade Rio dos Cágados** por Rosenilda Palma dos Santos e Márcia Carvalho de Jesus

“Surgiu por causa do rio que, por sinal, passa no fundo da roça do meu pai.

Nesse rio existem muitos cágados e por essa razão colocaram o nome. Nessa região havia algumas famílias que possuíam muitas terras e plantavam cacau, cravo, guaraná, banana. Os antigos donos foram loteando e vendendo os pedaços para outras pessoas e assim a comunidade foi crescendo”.

## **Comunidade Tapuia**

**por Silvia Regina de Souza, Rilda Souza Ramos e Raimunda Oliveira**

“A origem da comunidade de Tapuia deu-se com a chegada dos Jesuítas que formaram uma comunidade de nome de Santa Inês, onde foi construída a primeira igreja. As ruínas encontram-se no local até hoje. Com a construção de uma nova estrada, também foi descoberto um sítio arqueológico ali.

Com a chegada dos escravos foi construída a igreja de São Benedito que é preservada pelos católicos até os dias de hoje. Também existia em Tapuia o Instituto do Cacau e o Sr. Isael era o responsável pelo transporte da bebida e do cacau que eram produzidos na região. A mercadoria era levada para Salvador onde era vendida ou escoada para outras cidades.

Havia também o comércio da madeira que era extraída e serrada de forma artesanal. A forma de transporte era no lombo de animais, barco a vela ou caminhando, pois não existia transporte motorizado. Já na área cultural, havia o samba de roda, o afoxé, o cordão, a batucada alardo, burrinha, bumba-meu-boi, esmola de São Benedito e São Sebastião, terno de reis e comédia. A comunidade vem fazendo o resgate destas festas. Lembremos também o trabalho das parteiras e benzedadeiras, numa época em que a medicina popular era muito rica e vivida pelas pessoas.

No início, a comunidade foi chamada de Cruzeiro do Sul, depois Santa Cruz e, por último, Tapuia.

Não faltam histórias sobre Tapuia e seus habitantes. Uma delas é a do Sr. João de Deus que arrastaria sozinho peças de madeira e canoas, que necessitavam da força de vários homens para serem movidas mato adentro. Algumas pessoas contam que na comunidade já viveram portugueses e holandeses.

Acredita-se que Tapuia tenha uns 300 anos. Lá já se teve casa de farinha, olaria e moinho de cana. As pessoas mais velhas da comunidade são Sr. Dagoberto, Sra. Felipa, Sra. Helena, Marieta, Toinha, Sr. Raimundo, Sandoval, Sr. Bonfim, Sra. Colina e Sr. Netinho”.

## **Comunidade Pedra Rasa**

**Por Mariene Cardozo de Paiva**

“Os primeiros moradores da Pedra Rasa chamavam-se João Cardoso e dona Judite. Meu avô e minha avó eram os mais antigos moradores e viviam em uma casa feita de piaçava. Plantavam arroz, cana e mandioca e assim a família foi crescendo e construindo suas roças”.

## **Comunidade de Jatimane**

**por Nivalda Amparo do Rosário**

“Segundo os mais velhos, o quilombo de Jatimane nasce de negros refugiados de engenho. Fugidos começaram a se espalhar pelos pequenos espaços que encontravam. Chegando a um lugar chamado Porto Velho onde tiveram muitas dificuldades para encontrar água doce, começaram a desbravar a mata virgem que era vasta. Conta-se que eles começaram a roça nessas matas, a procura de água. Lá eles encontraram um índio chamado Mane que criava abelha Jati, uma espécie que produz grande quantidade de mel. Aí surge o nome, da junção do nome da abelha com o nome deste índio (Jati+Mane). No local, constroem suas casinhas e passam a procurar os meios de sobrevivência, como a piaçava e a pesca, suas maiores riquezas.

A religião predominante era e ainda é o catolicismo, com particular veneração ao padroeiro Sr. do Bonfim. Um morador devoto, chamado Sr. Amaneiro, que fez uma viagem à Bom Jesus da Lapa, levando aproximadamente dois meses para chegar, lá trocou a imagem que ia levando numa ‘surraca’ de couro pela imagem de Bom Jesus da Lapa. Daí houve uma mudança da festa, que acontecia em janeiro, para o mês de agosto.

Os meios de transporte eram canoa ou barco e, principalmente, em caso de doença, a dificuldade sempre foi grande. A cultura local tem como manifestações os sambas de roda, Santa Barbara, comedias, dança afro e, na culinária, o caruru ao São Cosme e Damião. Hoje continuamos fortalecendo as culturas deixadas pelos ancestrais”.

## **Comunidade Rua do Dendê**

por **Antonia Regina Bonfim Dias**

“No início só havia lama e umas 10 casas de madeira, taipa e blocos. Segundo o seu mais velho morador, a comunidade chama-se Rua Dendê por ter tido muito dendê. Hoje não há mais pés de dendê, pois a comunidade acabou com as roças para a construção de casas. O que há são os estaleiros de barcos.

Atualmente a comunidade tem cerca de 1.000 de habitantes e sua estrutura já melhorou bastante. O meio de sobrevivência principal é a pesca e a maioria dos homens são pedreiros”.

## **Comunidade do Ronco**

por **Maria da Hora**

“O nome nasceu a partir do barulho de uma cachoeira que, mesmo de longe, era similar a um ronco. Assim conta um dos moradores mais velhos, Sr. Benedito Valeriano Santos, conhecido como Sr. Colongo.

Primeiro surgiu uma comunidade católica entre 1993 e 1994, com cursos de batismo e missas de domingo, cujas responsáveis eram a Sra. Maria Domingas e Nalva. Daí, em 4 de setembro de 1995, foi fundada a associação do Ronco. Seus fundadores são o Sr. Elizo, Maria da Hora, Domingas Batista e outros.

Hoje temos como presidente a Sra. Maria da Hora, que tem lutado e buscado recursos e melhorias para a associação”.



## **Comunidade quilombola Garcia** por Helena dos Santos

“Segundo moradores mais velhos, o Garcia foi originado pela família de Manoel Bitu (Bitu nome de batismo de antepassados vindos da África). O local onde fica a comunidade antes era uma mata com muitas cobras e onças. A primeira família que ali se instalou foi então acolhendo as outras que chegavam. Ainda segundo os mais velhos, o Garcia existe há mais de um século. Os moradores mais antigos são Dudu, os irmãos e Maria Barbara. Hoje o Garcia tem uma população com mais de 1.000 habitantes”.

## **Comunidade Porto do Campo** por Brasilina da Hora Conceição de Freitas

“Fundada por negros fugidos que chegaram ao local, viram o porto e o descampado e ficaram por lá. Por isso o nome. Atualmente, 80 famílias compõem a comunidade”.



# Intercâmbios



## **Intercâmbio entre comunidades quilombolas e comunidades de terreiro**

Entre os dias 21 e 23 de janeiro 2011, as comunidades de terreiro de Salvador, BA, receberam visitas de intercâmbio, de mulheres remanescentes quilombolas. Entre as atividades houve momentos de troca de experiências sobre bordados artesanais; plantas medicinais; gestão de negócios coletivos e estratégias de comercialização; e agregação de valor cultural à produção.

As quilombolas escolheram as casas de terreiro que exerciam atividades produtivas que mais lhes despertassem interesse. Para os bordados e costuras tradicionais, foi escolhido o Espaço Cultural Vovó Conceição, no Terreiro da Casa Branca. As quilombolas que quiseram aprender mais sobre plantas medicinais, foram ao terreiro Manso Dandalungua Cocuazenza, que integra o projeto Farmácia Viva, e da Botica da Terra. Estas duas visitas aconteceram nos dois primeiros dias, sendo o terceiro destinado às rodas de conversa.

A viagem contou com planejamento compartilhado, incluindo a construção de um roteiro de observação. O intercâmbio criou também a oportunidade para a reunião de lideranças de povos tradicionais e vivência nas casas de terreiro, que não se restringiram à observação

e participação das atividades produtivas previstas no roteiro.

Todas as mulheres que participaram do intercâmbio voltaram com novas impressões sobre as comunidades de candomblé. A experiência nos terreiros ajudou tanto no despertar para novas práticas de artesanato quanto para a percepção da proximidade em relação à luta por direitos nos dois contextos.

Na volta, as quilombolas mostraram-se mais estimuladas quanto à importância da valorização de seu trabalho, com ideias para incentivar sua produção, a partir do que viram.



## Intercâmbio entre comunidades quilombolas do Baixo Sul da Bahia e do Rio de Janeiro

Entre os dias 11 e 21 de novembro de 2010, mulheres remanescentes quilombolas do Baixo Sul da Bahia visitaram os quilombos Campinho da Independência, Santa Rita do Bracuí e Marambaia, no Rio de Janeiro. Entre os temas debatidos, empreendimentos coletivos de mulheres; auto-reconhecimento e direitos territoriais; estratégias de comercialização; agregação de valor cultural e ambiental à produção.

Os encontros, além de reunirem lideranças quilombolas de diferentes contextos, tiveram participação das visitantes em eventos culturais das comunidades quilombolas fluminenses.

As mulheres que participaram do intercâmbio voltaram com muito mais consciência da amplitude da causa quilombola, percebendo que não estavam isoladas em sua causa - fato que teve grande impacto em sua autoestima.



## Extratos dos cadernos de campo

Na reunião com o grupo de mulheres, as participantes que representaram os quilombos no intercâmbio mostraram fotos selecionadas e fizeram uma apresentação, tomando como base seus cadernos de campo onde anotaram tudo que aconteceu.

### APOIO À PROJETOS

O que senti durante este tempo é que todos vêm uma necessidade muito grande de órgãos apoiarem projetos para que as comunidades gerem seu sustento. São poucas as empresas que assumem esse compromisso e poucas são as pessoas que têm acesso a essas informações.

### QUILOMBO DA MARAMBAIA

A história da ilha nos assustou um pouco, porque a população é totalmente monitorada pela Marinha. Apesar da comunidade ter posse de suas terras, a Marinha tem uma reserva no local - e por sinal num ótimo local.

Sempre que conversamos com os moradores o que vimos foi a revolta por serem tão dominados pela Marinha, pois todos os passos são monitorados.

Nas ruínas da senzala, a emoção era muito forte. Era uma sensação diferente, uma mistura de tristeza, pois sentia forte o sofrimento dos antepassados. Mas ao mesmo tempo sabíamos que existiu muita festa ali. Durante a comemoração houve homenagens a antigos moradores que muito lutaram pela ilha e que até hoje se fazem presentes na memória local. Nós vestimos as roupas para dançar o jongo e com muito gosto entramos na roda sem nunca ter dançado ou participado do jongo. E não fizemos feio. É uma coisa que contagia, é algo inexplicável ou talvez seja a presença daqueles que tanto lutaram por nós, acho que algo realmente "incorpora". Foi lindo!

### ORGANIZAÇÃO, ARTESANATO, TURISMO

Tem grupo de mulher que trabalha unido, com artesanato. Elas têm a associação e a lojinha para onde levam os produtos que fazem em casa. Recebem os turistas. Tem um restaurante para receberem as visitas. Também fazem a extração do palmito juçara e vendem no próprio restaurante.

### MEIO AMBIENTE

A cultura nativa era a banana, mas hoje a maior parte das pessoas não a planta mais. O forte é o palmito juçara. Como hoje há leis para não fazer a extração do juçara, tem o projeto que apoia para plantar.

### CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA

Fizemos uma visita depois uma caminhada dentro da comunidade. Há muitos mobiliários, parece condomínio fechado, com sede financiada pelo Banco do Brasil. Mas o banco não financiou a mão de obra, quem garantiu foram os moradores.

### HISTÓRIA E ANCESTRALIDADE

Nós chegamos na Ilha da Marambalha quinta-feira à noite e ficamos na casa de João. Quando os escravos chegavam aqui passavam por um processo de engorda, depois eram levados para fazenda pra trabalhar.

Dia 20 fomos para as ruínas onde os escravos trabalhavam. Eles estão esperando que o lugar seja tombado para virar patrimônio histórico. Lá, todo ano,

eles celebram a festa da consciência negra.

Rio de Janeiro parabeniza o Almirante Negro João Cândido e os seus companheiros pela comemoração do centenário da Revolta da Chibata.

### GÊNERO

Todas as mulheres são envolvidas no trabalho. Às vezes os maridos não querem que vão, mas quando percebem, elas já foram e já vieram.

### CULTURA E IGREJAS

Tem a igreja católica e batista. Mas foi uma luta para enfrentar os pastores, porque por conta da identidade quilombola, não queriam deixar o povo ir para o Jongô.

### COMIDA

Fomos à casa de Marilda (quilombo de Santa Rita do Bracuí) e conhecemos seu jeito diferente de cozinhar: faz um buraco no chão e coloca as folhas de bananeira. Com o calor cozinha a comida.

## “Depoimentos”

“*A coragem da luta*”  
Marilene dos Santos  
(Pimenteira)

“*Nossos antepassados. Ver a senzala, na Marambaia*”  
D. Deja (Laranjeira)

“*Não há diferença entre Rio, São Paulo... São pessoas iguais e que lutam como a gente. Melhorou a autoestima: ser do Rio de Janeiro não diminui nem acrescenta!*”  
Andréa do Rosário (Jetimane)

“*A floresta, ver os paus abraçados, a mata escura... Chorei de emoção. Terra fria*”.  
Nita (Antônia)  
(Rua do Dendê)

“*Voltei encorajada. Não estamos sozinhas*”  
Ana Célia dos Santos (Barroso)

“*No Campinho tinham etiquetas com o nome de cada um, valorizando quem faz*”.  
Damiana Conceição (Ingazeira)

“*Força do artesanato do Campinho: loja pequena, de taipa, um pouco de cada um, mas tem!*”  
Sílvia Souza (Tapuia)

“*No Bracuí, o modo de receber as visitas, sem acanhamento*”.  
Andrelice Silva (Rio dos Cágados)

# Seminários públicos

# 7

## Seminário I

O primeiro seminário público aconteceu em 17 de abril de 2011 e abordou temas tratados na primeira oficina com as mulheres quilombolas, como racismo e sexismo. O encontro deu ênfase à participação da mulher quilombola na história da sociedade brasileira, a fim de fortalecer sua identidade, bem como o princípio de auto-identificação e o combate à violência contra a mulher. A preparação do evento envolveu a mobilização das comunidades e reuniões com lideranças para a definição da programação.

Foto: Louisa Huber



## Seminário II

O segundo seminário público ocorreu no dia 7 de outubro de 2011 e seguiu debatendo estratégias de enfrentamento do racismo, sexismo e violência contra a mulher. O encontro foi realizado por insistência do grupo de mulheres participantes do projeto. Muitas delas convidaram seus parceiros, o que trouxe a necessidade de discutir questões de gênero também com os homens.

Destaca-se também a presença de adolescentes e jovens, que além de participarem dos momentos culturais, tiveram bastante interesse nos debates travados. O grande desafio apontado por este segundo seminário foi o prosseguimento das atividades de compartilhamento de conteúdos, uma vez que várias outras mulheres manifestaram o desejo de ingressar no grupo mobilizado.



## “Depoimentos sobre violência contra a mulher”

“*Tem umas violências que não são percebidas e são até entendidas como elogio. O ciúme, por exemplo”*

“*Falar de violência não é muito bom, mas é preciso. Bom é falar de amor e paz. Falar de violência é preciso porque muita gente não sabe”*

“*A violência existe como forma de poder onde um quer mostrar que é maior e quer dominar o outro. Isso é violência”*

“*Uma violência comum é colocar defeito na comida, no que a mulher sabe fazer, desvalorizando, criticando, forçando a fazer sexo”*

“*A violência leva à doença, à tristeza, isolamento e muito mais. É preciso conversar com amigos e procurar ajuda.*

“Uma das piores é a violência verbal, que é a que mais machuca o psicológico da mulher”

“O marido dizia:  
‘mulher que larga o  
marido virava cobra’”

“A lei Maria da Penha  
deve funcionar de fato”

“Precisa-se de apoio e solidariedade a  
mulher.

Um desses apoios é o carinho. Quando  
as companheiras dão as mãos, abraçam  
a causa, criam grupos de apoio na  
comunidade”

“Conheço uma pessoa  
que saiu de casa por  
causa da violência do  
marido e ele continua  
lhe violentando. Ela  
não encontra apoio”

“A mulher tem que ser respeitada nas  
relações sexuais. Não deve ser obrigada.  
Coisa que veio da cultura que a mulher  
nasceu pra isso e tem de transar na hora  
que ele quer”

# Debater, desconstruir os estereótipos

# 8

Durante as atividades realizadas com os grupos de mulheres nestes anos, a análise das relações de gênero ocupou e continua a ocupar, um espaço grande nos debates. Através da reflexão sobre o dia a dia familiar, comunitário e nos espaços públicos, conseguimos apontar mudanças comportamentais necessárias para iniciarmos os processos de transformação que queremos na sociedade, começando pelos espaços ocupados pelas mulheres e por suas relações mais próximas. Claro que o desafio é enorme e necessita de esforços constantes, mas o desejo de mudança permitiu que o primeiro passo fosse dado: identificar os problemas e a partir disso planejar novos passos, individuais e coletivos.

Ter espaço para falar de suas experiências, de seus momentos, angústias e desejos foi fundamental para que a equipe ajudasse a consolidar um elo entre as mulheres envolvidas nas atividades. Assim, as ações deste projeto foram realizadas em espaços onde era permitido expressar-se de todas as formas.

Destacamos o fato de nos seminários públicos, principalmente no segundo, ter ocorrido a ampliação do número de homens envolvidos. As mulheres convidaram seus filhos e parceiros e nos provocaram a realizar formações com os homens também. Esta provocação está incluída no planejamento das ações de KOINONIA para os próximos anos junto às comunidades na região.

## **Integração com as ações da articulação de mulheres**

Com o fim do projeto Apoio ao fortalecimento político e econômico das mulheres quilombolas do Baixo Sul da Bahia, KOINONIA passa

a participar mais efetivamente das ações propostas coletivamente pela articulação de mulheres, composta por diversas comunidades, sindicatos e organizações locais que atuam na região do Baixo Sul da Bahia. Estas ações se configuram principalmente nos processos de capacitação coletiva para as mulheres, no apoio aos processos de comercialização e nas ações de incidência pública visando a garantia de direitos das mulheres e das comunidades negras rurais e remanescentes de quilombo. Os planejamentos coletivos realizados a partir de 2012, juntando as mulheres das comunidades parceiras de KOINONIA, SASOP e STTR, nos permitiram construir conjuntamente ações onde as instituições se juntaram com o que dispunham: recursos financeiros, assessoria técnica, apoio na infraestrutura, mobilização do público e principalmente fortalecendo a articulação das mulheres.

Muitas oficinas tiveram como foco o empoderamento das mulheres e a construção de diagnósticos locais sobre as situações vivenciadas nas comunidades, sobre as políticas públicas e os problemas identificados por elas. Estes momentos foram fundamentais para apontar o caminho a ser seguido pelo serviço de assessoria proposto por nós: enfrentar a violência contra as mulheres foi se consolidando a cada encontro como nosso grande desafio.

No ano de 2012 foi realizado em Camamu um evento público em comemoração ao Dia da Consciência Negra, em novembro, destacando a valorização da cultura negra, além de contribuir para a exposição e comercialização de produtos oriundos das comunidades. KOINONIA, juntamente com o STTR-Camamu e SASOP, colaborou na construção da ação que tornou-se um marco na região, por ter sido o primeiro evento referente a esta data envolvendo mais de 100 pessoas de comunidades diversas, integrando as comunidades e apresentando para o município de Camamu a riqueza cultural negra existente na região, bem como a diversidade de sua produção. Neste evento, destacou-se a atuação das mulheres enquanto protagonistas de sua construção e realização.

Chamamos atenção para este evento por seu caráter inovador na região através da valorização da identidade negra local com a qual temos trabalhado desde 2007, com os debates sobre história local e identidade quilombola. Exaltar esta identidade e esta herança

ancestral se configura como uma grande vitória na superação de preconceitos e fortalecimento político.

Destacamos a realização da II Feira Agroecológica das Mulheres contra a violência no ano de 2013, e a produção de quatro vídeos feitos durante o evento. Nos vídeos temos depoimentos de mulheres sobre situações de violência vivenciada por elas, a fala emocionada da líder quilombola Dona Moça sobre sua religiosidade, a história de vida de Marilene, além do panorama do evento.

Em 2014 iniciamos o ano avaliando o ano anterior e planejando nossas ações:

O quê?	Quando?
Intercâmbios temáticos	Setembro
Encontrão PMA	Março/Agosto/janeiro
Feiras regionais temáticas	Agosto e novembro
Evento em Março	Março/2015
Elaboração de projetos	Sempre
Manifestação pública contra violência	Casada com a feira
Denúncia sobre SUS/Mulheres	Novembro
Dia de atendimento a mulher (regional e local)	A definir
Formação para lideranças	Julho e setembro
Apoio a ações culturais	Sempre
Seninário sobre educação diferenciada	Outubro
Pesquisa sobre situação de saúde	Abril - outubro
Reuniões periódicas	Bimestral
Participação no território do Baixo Sul	Sempre

## **Destaque do ano: III Feira Agroecológica das Mulheres contra a violência, 22 de agosto de 2014**

O evento foi realizado pela Articulação de Mulheres do Baixo Sul, com o apoio de KOINONIA, Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e a Escola Agrícola Comunitária Margarida Alves (EACMA).



Foto: Louisa Huber

Trabalhadoras rurais de diferentes faixas etárias, representantes de comunidades da região, estiveram presentes e levaram seus produtos agrícolas e artesanais, recheando o local com cores, sabores e saberes.

Durante o dia, cada uma das comunidades presentes animou o evento com apresentações culturais. Além disso, o público pôde participar do debate que teve como pauta o enfrentamento a violência doméstica e familiar. O espaço de discussão foi aberto às representantes das comunidades, bem como a organizações como sindicatos locais,

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres (SPM/BA) e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

As atividades do dia foram encerradas pela oficina de produção de cartazes, que envolveu as produtoras rurais participantes da feira. Cada comunidade pode escrever sua mensagem voltada ao protagonismo feminino e ao combate à violência contra a mulher. Todo o material foi levado pela cidade durante a “Caminhada e Vigília Contra a Violência”. A ideia foi homenagear uma mulher assassinada brutalmente em Camamu e chamar a atenção de toda a população para o problema enfrentado por muitas mulheres.



# As políticas públicas previstas para as mulheres na região do Baixo Sul



Nos últimos 12 anos tivemos várias mudanças na construção de políticas públicas específicas para variados seguimentos sociais, entre eles as mulheres. A constituição da Secretaria de Política para Mulheres no âmbito federal, em 2003, foi espelhada nos estados, trazendo para mais perto o avanço nos direitos das populações mais vulneráveis.

Contudo, a criação das secretarias e das políticas públicas específicas não foi suficiente para a efetivação dos direitos. Este é apenas o passo inicial. Portanto, ao pensarmos no processo de construção destas políticas, é necessário um passo atrás para entender de onde elas vêm e quais caminhos já percorremos para chegar até aqui.

Uma das primeiras referências na questão das políticas públicas para mulheres no Brasil foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985, visando “promover em âmbito nacional, políticas que [visassem] eliminar a discriminação da mulher assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país”. Estabeleceu-se também o Fundo de Desenvolvimento da Mulher, que assegurava condições de funcionamento para o CNDM, alojado no Ministério da Justiça, mas respondendo diretamente à Presidência da República. No governo Collor de Mello, com seu projeto de redução do Estado, o CNDM perde sua autonomia administrativa e financeira.

Em 2002, foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, hoje Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, através de

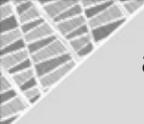
**11**  
municípios

**270 mil**  
habitantes



uma medida provisória convertida na lei 10.539, em setembro desse mesmo ano, que colocou no centro do poder o debate sobre direitos humanos e cidadania da mulher. As políticas públicas para as mulheres têm como base a atenção a questões de saúde reprodutiva e integral, de documentação, bem como as políticas que as reconhecem como sujeitos de direitos em suas especificidades.

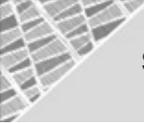
O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que tem como função nortear a ação do governo, está estruturado em torno de quatro áreas estratégicas de atuação, nas quais estão contempladas as políticas e ações que devem ser desenvolvidas ou aprofundadas para que mudanças qualitativas e quantitativas se efetivem na vida das mulheres brasileiras. São eles:



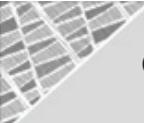
autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania



educação inclusiva e não sexista



saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos



enfrentamento à violência contra as mulheres

Os planos estaduais seguem a mesma estrutura, complementando com ações específicas de acordo com as pautas locais. No Baixo Sul da Bahia, o colegiado territorial, que é uma composição de governo e sociedade civil na gestão do território de desenvolvimento, revisou seu plano de desenvolvimento territorial em 2010, de acordo com demanda do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), que é quem regulamenta a política dos territórios e entre outras alterações incluiu o Eixo Mulher. Na tentativa de garantir espaço dentro da articulação formada no território para a implementação das políticas públicas e incluindo as demandas apresentadas pelas mulheres nos espaços de debate. Segue a baixo a definição do eixo:

### **Eixo Mulher**

“Identifica-se entre os atores sociais do território desigualdades nas relações de gênero como também de geração, em que mulheres e jovens têm tratamento diferenciado, tanto no que se refere a direitos, como oportunidades e investimentos. Nas famílias o trabalho de mulheres e jovens é geralmente desvalorizado e considerado como ‘ajuda’ no campo produtivo, em espaços de articulação e organização coletiva participam com menor representação e influência, não compondo quadros de direção nem sendo protagonistas dos processos.

Conseqüentemente, as demandas das mulheres e dos jovens

são colocadas em segundo plano em relação às demandas 'gerais' e há um menor investimento e apoio à produção das mulheres e jovens que tem impactos na menor capacidade desses grupos gerarem excedentes e acessarem renda e direitos. Com menor renda e espaço, estes grupos têm menos autonomia em relação ao 'chefe de família' e nas tomadas de decisão familiares e coletivas, o que os deixa também mais vulneráveis.

Neste sentido, as mulheres e entidades parceiras no colegiado territorial definiram em sua recomposição, no ano de 2009, a constituição do Eixo Mulher como um espaço estratégico para o desenvolvimento onde se pudesse pensar, debater e planejar questões relativas às mulheres, fortalecendo e empoderando as mesmas para contribuir com protagonismo no desenvolvimento territorial.

O eixo tem reunido mulheres e entidades parceiras do território contribuindo com a formação da Rede de Mulheres do Baixo Sul. Entre suas principais propostas estão pensadas ações no campo produtivo, de formação, fortalecimento organizativo, enfrentamento à violência contra mulher, entre outras".<sup>12</sup>

Mesmo com a criação e divulgação de todos estes planos, a efetivação das políticas públicas para as mulheres ainda não é uma realidade no Baixo do Sul da Bahia. A julgar pela experiência de campo na região, a violência contra a mulher é um problema grave, mas hoje, impossível de precisar, porque as vítimas simplesmente não acessam a rede de proteção. Para que elas cheguem até os espaços de atendimento é preciso romper o silêncio que ainda é constante nas comunidades.

As histórias de vida das mulheres com as quais KOINONIA trabalha, nos mostram que a realidade é muito mais dura do que lemos nos números apresentados pelo governo. Assim, é fundamental voltarmos nossas ações para as bases, empoderando as mulheres para dar o passo inicial: identificar as formas de violência e difundir a compreensão de que suas vítimas não são obrigadas a passar por isso.

Durante atividade de formação realizada em outubro de 2014, realizamos com as mulheres um diagnóstico sobre os serviços de atendimento na região do Baixo Sul da Bahia. Nossa referência de ação é o município de Camamu, onde está a maioria das

<sup>12</sup> Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da BA – 2010 – MDA – SDT, pág 94.

comunidades com as quais atuamos. Assim, fizemos o cálculo dos quilômetros percorridos pelas mulheres para acessar tais serviços, saindo da sede do município. Reafirmamos que algumas pessoas percorrem mais de 40 km para chegar à sede do município, através de estradas em péssimas condições, a exemplo do que acontece com as comunidades de Pimenteira, Barroso, Ronco e Lameiro.

### **Serviços de atendimento à mulher existentes na região do Baixo Sul da Bahia**

<b>Serviço</b>	<b>Local</b>
Centro de Referência da Mulher	Valença e Itabuna
Delegacia Especial Atendimento à Mulher	Ilhéus e Itabuna
Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	Não encontrado
Casa Abrigo	Não encontrado

### **Mapa de serviços de atendimento à mulher**

<b>Serviço</b>	<b>Local</b>
Hospital Geral (funcionando efetivamente)	Itabuna (150 km), Ilhéus (130 km) e Valença (75 km)
Instituto Médico Legal	Valença
Postinho – Programa de Saúde da Família (PSF)	Em várias comunidades/bairros dos municípios de Camamu, Nilo Peçanha e Ituberá
Programa saúde da Família (PSF)	Comunidades, ou nas proximidades. Exemplo: O posto que atende Dandara dos Palmares fica no Acaraí
Delegacia	Camamu
Ministério Público e Defensoria Pública	Camamu
Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS)	Camamu, Nilo Peçanha e Ituberá
Centro de Referência e Assistência Social (CRAS)	Camamu, Nilo Peçanha e Ituberá

Durante as atividades realizadas em Camamu, convidamos a coordenação do CREAS para apresentar a proposta do centro, já que muitas mulheres não sabiam sequer da existência do serviço no município. Após a apresentação do serviço algumas mulheres narraram as situações vivenciadas em suas comunidades, as dificuldades e impossibilidades no acesso aos serviços na sede do município, carecendo assim de ações locais, dentro das comunidades ou em lugarejos mais próximos. A resposta dada foi de que o serviço não tem possibilidade de deslocar-se, sendo fundamental que a mulher, idoso, ou criança vítima de violência busquem atendimento no espaço do serviço público.

Nossa experiência na intervenção social nos confirma que para mudarmos uma realidade local, sobretudo, em situações delicadas, é fundamental a aproximação dos serviços com as comunidades, a ida até elas para romper o ciclo do silêncio e negação e estabelecer uma relação de confiança. Os serviços públicos que ficam restritos a espaços físicos, são apenas para afirmar sua existência frente a exigências governamentais, sem fazer jus a razão de sua criação e, principalmente, sem modificar o quadro local que foi base para a criação de tal serviço previsto, por sua vez, em uma política pública. Para que se mude a realidade local, é preciso descer dos saltos e dos carros, e colocar os pés no chão literalmente, aproximando das comunidades e das pessoas, ouvi-las de verdade e abraçar o objetivo da ação proposta.



## As parcerias

### Serviço de Assessoria A Organizações Populares Rurais (SASOP)

O SASOP é uma organização da sociedade civil que, desde 1989, vem contribuindo para assegurar a agricultores, agricultoras, pescadores e pescadoras artesanais uma melhor qualidade de vida no campo.

Sua missão é contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável nos aspectos social, econômico, cultural e ambiental, tendo como opção estratégica o fortalecimento da Agricultura Familiar e a Agroecologia.

Algumas das principais estratégias de intervenção são o desenvolvimento de sistemas de produção agroecológicos, o fortalecimento dos processos organizativos comunitários e territoriais e a disseminação de experiências com potencial de se traduzirem em políticas públicas para o meio rural. A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das famílias e dos consumidores locais é a estratégia indispensável para o desenvolvimento local. Os desafios para a promoção da SAN são encarados por um conjunto integrado de ações voltadas para a diversificação dos sistemas de produtivos; criações de pequenos animais; educação e valorização da cultura alimentar local; beneficiamento de alimentos, antes desperdiçados no período de safra; inserção dos produtos agroecológicos nos mercados locais e institucionais.

### Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Camamu (STTR)

O sindicato tem por finalidade e objetivo fundamental a representação e defesa dos direitos e interesses, coletivos ou individuais, inclusive em questões administrativas ou judiciais, da categoria dos trabalhadores rurais que exerçam sua profissão dentro da base territorial do município de Camamu.

O sindicato surge da necessidade da organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais visando uma melhoria nas relações de trabalho e sociais deste grupo. É um espaço democrático de participação e sua direção é partilhada por lideranças de várias comunidades.

Tem como preocupação constante participar de discussões que de alguma forma, influenciem na vida das comunidades. Desta forma o sindicato busca ampliar seu leque de conhecimento e ações, visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Abusca de parceiros que possibilitem a troca de conhecimentos e tragam novas temáticas, faz do sindicato um espaço de ampliação de conhecimentos para seus integrantes.

# Leis e instrumentos **10**

## **Lei Maria da Penha**

A Lei Maria da Penha estabelece que todo o caso de violência doméstica e intrafamiliar é crime, deve ser apurado através de inquérito policial e ser remetido ao Ministério Público. Esses crimes são julgados nos Juizados Especializados de Violência Doméstica contra a Mulher, criados a partir dessa legislação, ou, nas cidades em que ainda não existem, nas Varas Criminais.

A lei também tipifica as situações de violência doméstica, proíbe a aplicação de penas pecuniárias aos agressores, amplia a pena de um para até três anos de prisão e determina o encaminhamento das mulheres em situação de violência, assim como de seus dependentes, a programas e serviços de proteção e de assistência social. A Lei n. 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006, passou a ser chamada Lei Maria da Penha em homenagem à mulher cujo marido tentou matá-la duas vezes e que, desde então, se dedica à causa do combate à violência contra as mulheres.

# PRINCIPAIS INOVAÇÕES DA LEI MARIA DA PENHA

## Os mecanismos da Lei:

- Tipifica e define a violência doméstica e familiar contra a mulher.
- Estabelece as formas da violência doméstica contra a mulher como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.
- Determina que a violência doméstica contra a mulher independe de sua orientação sexual.
- Determina que a mulher somente poderá renunciar à denúncia perante o juiz.
- Ficam proibidas as penas pecuniárias (pagamento de multas ou cestas básicas).
- Retira dos juizados especiais criminais (Lei n. 9.099/95) a competência para julgar os crimes de violência doméstica contra a mulher.
- Altera o Código de Processo Penal para possibilitar ao juiz a decretação da prisão preventiva quando houver riscos à integridade física ou psicológica da mulher.
- Altera a lei de execuções penais para permitir ao juiz que determine o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.

- Determina a criação de juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher com competência cível e criminal para abranger as questões de família decorrentes da violência contra a mulher.
- Caso a violência doméstica seja cometida contra mulher com deficiência, a pena será aumentada em um terço.

#### **A autoridade policial:**

- A lei prevê um capítulo específico para o atendimento pela autoridade policial para os casos de violência doméstica contra a mulher.
- Permite prender o agressor em flagrante sempre que houver qualquer das formas de violência doméstica contra a mulher.
- À autoridade policial compete registrar o boletim de ocorrência e instaurar o inquérito policial (composto pelos depoimentos da vítima, do agressor, das testemunhas e de provas documentais e periciais), bem como remeter o inquérito policial ao Ministério Público.
- Pode requerer ao juiz, em quarenta e oito horas, que sejam concedidas diversas medidas protetivas de urgência para a mulher em situação de violência.
- Solicita ao juiz a decretação da prisão preventiva.

#### **O processo judicial:**

- O juiz poderá conceder, no prazo de quarenta e oito ho-

ras, medidas protetivas de urgência (suspensão do porte de armas do agressor, afastamento do agressor do lar, distanciamento da vítima, dentre outras), dependendo da situação.

- O juiz do juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher terá competência para apreciar o crime e os casos que envolverem questões de família (pensão, separação, guarda de filhos etc.).
- O Ministério Público apresentará denúncia ao juiz e poderá propor penas de três meses a três anos de detenção, cabendo ao juiz a decisão e a sentença final.

## TIPOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Violência física – ofender a integridade ou saúde corporal – bater, chutar, queimar, cortar, qualquer tipo de machucado físico.

Violência moral – ofender com mentiras, insultos ou difamação – lançar opiniões contra a reputação moral, críticas mentirosas e xingamentos.

Violência psicológica – causar dano emocional, diminuir a auto-estima, prejudicar e perturbar o pleno desenvolvimento pessoal, controlar os comportamentos, ações, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação e isolamento, tirar a liberdade de pensamento e ação.

Violência patrimonial – reter, subtrair, destruir parcial ou totalmente objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens valores e direitos ou recursos econômicos.

Violência sexual – presenciar, manter ou obrigar a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso de força, que induza a mulher a comercializar ou utilizar, de qualquer modo sua sexualidade.

## O PAPEL DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

Órgãos públicos que têm obrigação legal de atender as mulheres vítimas de violência doméstica, familiar e sexual:

Delegacia de Polícia ou Delegacia da Mulher (DEAM): faz o registro do Boletim de Ocorrência (BO) e apura a denúncia. Todas as informações devem ser enviadas ao Ministério Público

ou Juizado. Nenhuma autoridade policial pode se recusar a registrar o BO.

Ministério Público – apresenta a denúncia a Justiça.

Defensoria Pública – defende gratuitamente a mulher.

Juizado de violência doméstica/Varas de violência doméstica e varas criminais – julgam os casos que lhes são encaminhados e determinam as medidas de proteção e a execução de sentenças.

Hospitais públicos – atendem as mulheres vítimas de violência sexual e garantem o acesso aos serviços de contracepção de emergência (pílulas do dia seguinte), doenças sexualmente transmissíveis/AIDS e aborto legal.

### **Serviços de apoio garantidos pela lei:**

Centro de Referência de Atendimento à Mulher: oferece apoio psicológico e social.

Casa Abrigo: acolhe as mulheres e seus filhos em risco de morte e presta assistência psicológica e jurídica.

CREAS – Centro de referência e assistência social: oferece ajuda psicológica e social para os casos de violência.

CRAS – Centro de referência e assistência social: oferece ajuda psicológica e social.

IML – Instituto Médico legal: realiza exame de corpo de delito e outros exames periciais necessários.

Centros de Saúde: oferecem o atendimento de prevenção e atenção à saúde da população.

## Lei Maria da Penha, um divisor de águas

COMO ERA ANTES	COMO É AGORA
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Não existia uma lei sobre a violência doméstica contra a mulher</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ A violência doméstica é um crime específico. A violência pode ser física, sexual, patrimonial, psicológica e moral</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ A pena para casos de lesão corporal em violência doméstica ia de 6 meses a 1 ano de prisão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ A pena para lesão corporal em casos de violência doméstica vai de 3 meses a 3 anos de prisão</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ O juiz podia condenar o agressor a pagar multa, fazer serviços comunitários e doar cestas básicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Penas desse tipo são proibidas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Os casos de violência doméstica iam para os juizados especiais criminais, que tratam de crimes com menor gravidade (pena de até 2 anos de prisão)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Os juizados especiais criminais perderam a competência para julgar crimes de violência doméstica</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Os juizados especiais criminais tratavam só do crime. As questões de família (separação, pensão, guarda de filhos) ficavam a cargo de uma vara de família</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Foram criados os juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher, para tratar tanto do aspecto criminal quanto do aspecto familiar</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ A mulher podia desistir da denúncia na delegada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ A mulher só pode desistir da denúncia perante o juiz</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Era a mulher que muitas vezes entregava ao agressor a intimação para que comparecesse à audiência</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ É proibida a entrega da intimação ao agressor pela mulher</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Não havia prisão em flagrante do agressor</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ A polícia pode fazer a prisão em flagrante</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Não existia prisão preventiva do agressor para os crimes de violência doméstica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ O juiz pode decretar a prisão preventiva nos casos em que a mulher correr riscos</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ O agressor não precisava comparecer a programas de recuperação e reeducação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ O juiz pode determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas desse tipo</li> </ul>

Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres

# **Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher**

O conceito de rede de enfrentamento à violência contra as mulheres diz respeito à atuação articulada entre as instituições/ serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção; e de políticas que garantam o empoderamento das mulheres e seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. Já a rede de atendimento faz referência ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e ao encaminhamento adequados das mulheres em situação de violência; e à integralidade e à humanização do atendimento.

A rede de enfrentamento é composta por: agentes governamentais e não-governamentais formuladores, fiscalizadores e executores de políticas voltadas para as mulheres (organismos de políticas para as mulheres, ONGs feministas, movimento de mulheres, conselhos dos direitos das mulheres, outros conselhos de controle social; núcleos de enfrentamento ao tráfico de mulheres, etc.); serviços/programas voltados para a responsabilização dos agressores; universidades; órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos (habitação, educação, trabalho, seguridade social, cultura); e serviços especializados e não-especializados de atendimento às mulheres em situação de violência (que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência).

Saiba mais acessando: [https://sistema3.planalto.gov.br//spmu/atendimento/atendimento\\_mulher.php](https://sistema3.planalto.gov.br//spmu/atendimento/atendimento_mulher.php)

# Serviços de atendimento de CRAS E CREA no Baixo Sul da Bahia

## **Gandu**

Unidades Cras:

Praça Rui Barbosa, Centro – (73) 3254-0382

Unidades Crea:

Rua Antônio Araujo, Jardim Gandu

## **Piraí do Norte**

Unidades Cras:

Rua Edson Veiga, Acelino Mamedio - (73) 3688-2229

Unidades Crea:

Não possui.

## **Presidente Tancredo Neves**

Unidades Cras:

Loteamento Ipiranga, Aecio Neves - (73) 3540-1122

Unidades Crea:

Não possui.

## **Aratuípe**

Unidades Cras:

Rua Dr. Manoel Vitorino, Centro - (75) 3647-2003

Unidades Crea:

Não possui.

## **Cairu**

Unidades Cras:

Rua do Toque, Gamboa - (75) 3653-2233

Rua do Areal, Boipeba - (75) 3653-6136

Rua Barão Homem de Mello, Centro - (75) 3653-2128

Unidades Crea:

Não possui.

### **Camamu**

Unidades Cras:

Rua Manoel Benício Dias, Travessão – (73) 3255-1147

Rua Santa Luzia, Vitoria – (73) 3255-1147

Praça Dr. Pirajá da Silva, Centro – (73) 3255-1147

Unidades Crea:

Praça Dr Francisco Xavier Borges, Centro – (73) 3255-1147

### **Igrapiúna**

Unidades Cras:

Rua Basílio Ramos, Centro - (73) 3225-1177

Unidades Crea:

Não possui.

### **Ituberá**

Unidades Cras:

Rua do Jambeiro, Jambeiro - (73) 3256-3272

Unidades Crea:

Avenida Rosentino Botelho Filho, Norberto Odebrecht

### **Jaguaripe**

Unidades Cras:

Barreiras de Jacuruna, Barreiras de Jacuruna - (75) 3642-2112

Unidades Crea:

Não possui.

### **Nilo Peçanha**

Unidades Cras:

Loteamento Dona Norma, Baixa Fria - (73) 3257-2429

Unidades Crea:

Não possui.

### **Taperoá**

Unidades Cras:

Rua Francisco Araujo Junior, São Felipe - (75) 3664-1170

Unidades Crea:

Praça da Feira Livre, Centro

### **Teolândia**

Unidades Cras:

Rua João Paulo II, Centro - (73) 3279-2281

Unidades Crea:

Não possui.

### **Valença**

Unidades Cras:

Rua Josino Emidio do Rosario, Tendo - (75) 3641-7017

Dendezeiros, Graça - (75) 3641-8637

Bougainville, Bolívia - (75) 3641-0553

Rua da Baixa Alegre, Baixa Alegre - (75) 3641-7402

Unidades Crea:

Não possui.

### **Wenceslau Guimarães**

Unidades Cras:

Edilberto Vieira Lins, Centro - (73) 3278-2117

Paraisio de Deus, Distrito Cacao - (73) 3278-2117

Unidades Crea:

Oswaldo Jose de Souza, Centro

As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) compõem a estrutura da Polícia Civil, devendo realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal. Entre as ações, cabe citar: registro de Boletim de Ocorrência e do termo de representação, solicitação ao juiz das medidas protetivas de urgência nos casos de violência doméstica contra as mulheres.

Destacamos alguns endereços mais próximos a região do Baixo Sul da Bahia:

Centro de Referência de Atendimento as Mulheres Vítimas de  
Violência (CRAM) - Valença  
Endereço: Praça 2 de Julho, nº 14 - Bairro: Centro Cep: 45400-000  
Município: Valença  
Telefone:(75)3643-1601 Fax: (75)3643-1601  
E-mail: crmvalenca@yahoo.com.br

## **DEAMs**

### **Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) - Itabuna**

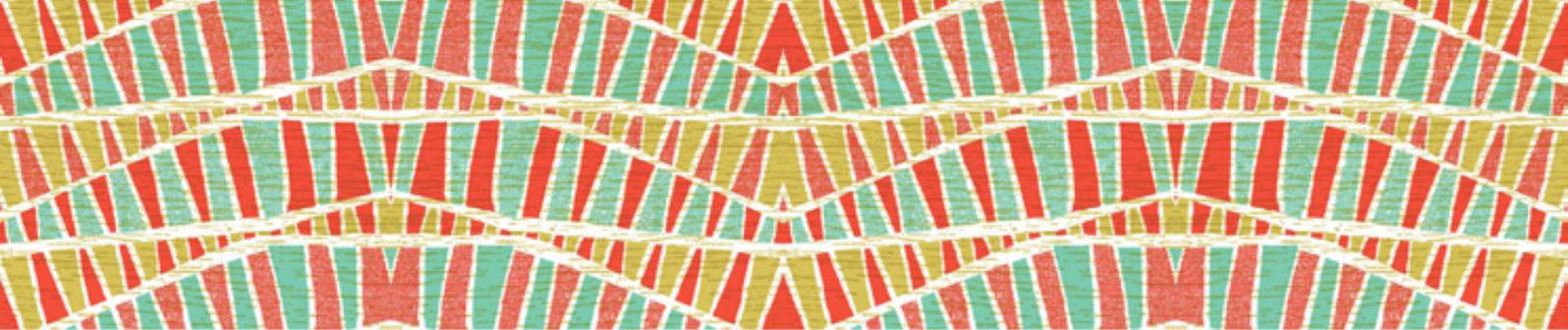
Endereço: Rua Rio Almada nº 196 - Bairro: Góis Calmon  
Cep: 45605-375  
Município: Itabuna  
Telefone: (73)3214-7822 Fax:  
E-mail: catarigalvao@hotmail.com

### **Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) - Ilhéus**

Endereço: Avenida Litorânea Norte, nº 06 - Bairro: Malhado  
Cep: 45651-610  
Município: Ilhéus  
Telefone: (73)3234-5273 Fax: (75)3234-5275  
E-mail: deam.ilheus@gmail.com

### **Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) - Jequié**

Endereço: Rua 15 de Novembro, nº 497 - Bairro: Campo do América  
Cep: 45207-570  
Município: Jequié  
Telefone: (73)3163-1050 Fax:  
E-mail: deamjequie@hotmail.com



Esta publicação é resultado da soma dos nossos e de outros saberes de agentes institucionais com os muitos saberes das comunidades quilombolas, para juntos seguirmos na luta por um mundo mais igualitário, onde as mulheres não andem de cabeça baixa e as violências não as oprimam. É nessa perspectiva que surge *Caminhadas, Sonhos e Lutas*, para contar um pouco da história, escrita por várias mãos, com vários sorrisos e um só sonho: uma sociedade mais justa.

### Realização



### Patrocínio



### Apoio

